

REVISTA
angaad
associação nacional de
grupos de apoio à adoção





Adoção não tem raça, tem cores

Encontro Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção
Natal • Rio Grande do Norte

06 a 08 de junho de 2024

Realização

angaad
associação nacional de
grupos de apoio à adoção

883
acalanto
Natal

Associação Nacional de Grupos de Apoio à Adoção

REVISTA ANGAAD 2024

**Anais de Artigos Científicos e Boas Práticas apresenta dos por
ocasião do XXVII Enapa, em Natal/RN**

Natal 2024

COMISSÃO CIENTÍFICA

Enapa Natal/RN 2024

APOIO E ORGANIZAÇÃO

Marcelo Eduardo Vieira de Cristo e Silva

(Presidente Executivo - Acalanto Natal)

Fernanda Correia Marcelino

(Comissão Organizadora - ENAPA Natal 2024)

Francisco Claudio Medeiros Junior

(Comissão Organizadora - ENAPA Natal 2024)

Mariana Costa Vilanova

(Comissão Organizadora - ENAPA Natal 2024)

Mireille Silvino da Silva Souto

(Comissão Organizadora - ENAPA Natal 2024)

Ruan Oliveira

(Comissão Organizadora - ENAPA Natal 2024)

Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais - IELACHS
Departamento de Serviço Social - Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

MEMBROS DA COMISSÃO CIENTÍFICA

Ana Carolina Canassa Marques

(Mestre em Psicologia e Saúde pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro)

Angélica Gomes da Silva

(Doutora em Serviço Social - Unesp/Franca)

Cláudia Helena Julião

(Doutora em Serviço Social - UNESP/Franca)

Eneri Saldanha Coutinho de Albuquerque

(Especialista em Metodologia do Ensino Superior (UNICAP)

Mestre em Psicologia Cognitiva (UFPE))

Marta Regina Farinelli

(Doutora em Serviço Social - UNESP/Franca)

Mayra Aiello Corrêa de Oliveira

(Doutoranda em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem - Unesp/Bauru)

Taís Chiodelli

(Doutora em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem - Unesp/Bauru)

Thandra Pessoa de Sena

(Mestre em Ciência Jurídica - Universidade do Vale do Itajaí - SC)

Veronica Aparecida Pereira

(Diretora da Faculdade de Ciências e Professora Doutora no Programa de Pós-Graduação em
Psicologia - UFGD -MS)



EXPEDIENTE

Organização

Jussara Marra da Cruz Tuma
Mayra Aiello Corrêa Oliveira

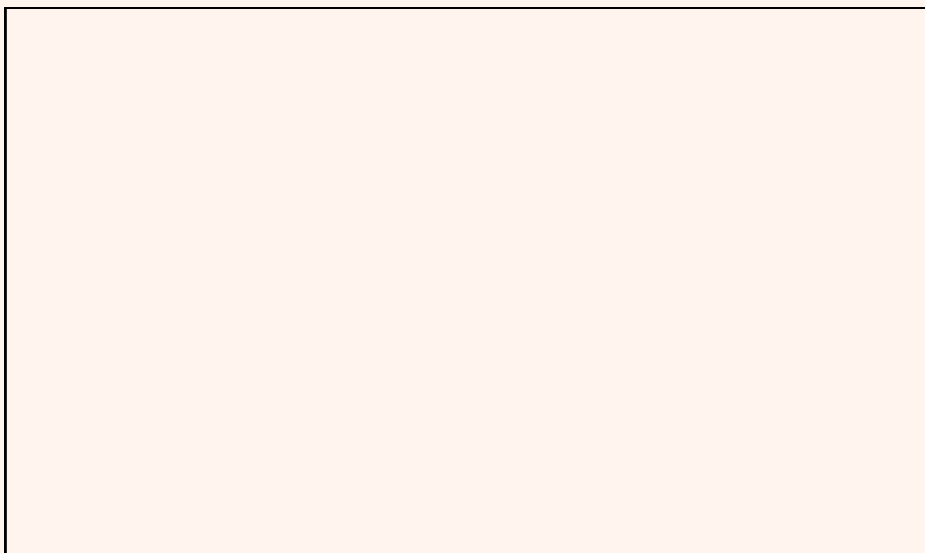
Realização

Equipe de Comunicação da Angaad
e-mail: comunicacao@angaad.org.br

Diagramação

Diógenes Augusto F. S. Duarte - Jornalista - DRT 986/MS
e-mail: revista@angaad.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)



Associação Nacional de Grupos de Apoio à Adoção

CNPJ 03.503.317/0001-39

www.angaad.org.br

SUMÁRIO

- 07 Apresentação.
- 09 Inventário de Avaliação do Vínculo e Adaptação em Nova Família (IVANF) – Subsídio para a Rede de Proteção à criança e ao adolescente.
- 11 GAAD-Acolher – Nova Geração: quando os filhos assumem um espaço no grupo.
- 12 A representação dramatúrgica no contexto de Adoção e sua influência na sociedade brasileira.
- 14 A seletividade no processo de Adoção por um olhar interseccional à luz da Constituição Federal de 1988.
- 15 Adoção Legal: da destituição do poder familiar a um novo lar.
- 17 Adoção pelos caminhos legais: a articulação entre o Poder Judiciário e o Hospital do Seridó – Caicó, RN.
- 19 Apadrinhamento Afetivo e sua relevância nas Casas de Acolhimento.
- 21 As intervenções sociais frente à entrega de recém-nascidos para Adoção: a articulação do serviço social do Poder Judiciário do Foro Regional de Caicó e a rede intersetorial da região do Seridó do Estado do RN.
- 22 As possibilidades da escolha de ser mãe.
- 24 Entrega Segura para Adoção: concepção de técnicos participantes de projeto de prevenção ao abandono.
- 26 O que as histórias nos falam? Uma análise sobre a Adoção no filme o Rei Leão.
- 28 Os filhos e as filhas do Estado: narrativas sobre o acompanhamento escolar de crianças em instituição de acolhimento de Mossoró/RN.
- 30 “A Adoção do menino que não é de Green Gables”.
- 31 Preparando o caminho: a importância da psicologia no curso preparatório para pretendentes à Adoção.
- 32 “Feliz Aniversário”: uma combinação de cores, memórias e afeto para além da Adoção.
- 33 Parceria com as universidades, no curso de psicologia, para atendimento das demandas psicológicas de crianças, adolescentes e cuidadores das Casas de Acolhimento para Adoção – um relato de experiência.
- 34 Adoção e cidadania na escola.
- 37 Encontro Estadual de Adoção.
- 36 Nascidos do Coração: boas práticas na Universidade Federal da Bahia - UFBA.
- 38 Os desafios do processo de Adoção: um relato de experiência.
- 40 Padrinhos Afetivos: amor legal, seguro e para sempre.
- 42 Álbum de Memórias Afetivas.
- 43 A História de Aduke: a literatura infantil como ferramenta de construção do projeto adotivo antirracista.
- 45 O perfil de pretendentes à Adoção e suas preferências no perfil do adotando constatadas no público do Curso Pré-natal da Adoção da Ampara nos anos de 2010.
- 46 Vamos falar sobre Adoção? A relação entre escolas e parentalidade adotiva.
- 48 Pós-adoção: mais do que nunca um apoio necessário.
- 49 “A conta não bate”. A diferença entre pretendentes x crianças e adolescentes (acolhidos x destituídos).
- 50 Era uma vez... um gato chamado Peppo: em-cont(r)os e encantos na adoção e no acolhimento.
- 51 GERAR - Programa de Preparação para Adoção e Pós-adoção.
- 52 Família tem cor? A minha é colorida: sequências didáticas para dialogar com as crianças sobre adoção e acolhimento no contexto escolar.
- 54 Práticas intersetoriais para Adoções necessárias bem-sucedidas: parceria entre o Poder Judiciário e a aldeias infantis SOS – Caicó, RN.

Desde que começou a incluir resumos de trabalhos científicos, o ENAPA enriqueceu ainda mais a sua programação adicionando novas camadas a um conteúdo que já é cuidadosamente elaborado. Estudiosos da Adoção desembarcaram no nosso maior evento anual com seus tubos cheios de conteúdo, aos quais receberam espaço de destaque no evento e menção expressa na programação. Um convite tanto aos pesquisadores, para que compartilhem o fruto de seus trabalhos, quanto aos participantes, para que se beneficiem desse conhecimento. O XXVII ENAPA, no entanto, inovou. Além de receber o maior número de trabalhos científicos e boas práticas para exposição, reservou um painel para que cinco desses trabalhos, escolhidos pela Comissão Científica, com base em critérios pré-estabelecidos de avaliação, fossem apresentados oralmente.

Todo o material inscrito e exposto no hall de entrada do Encontro superou as expectativas em termos de qualidade e relevância, destacando a necessidade de ampla divulgação.

Foi por esse motivo, e atendendo aos anseios de todos que estiveram presentes em Natal/RN, bem como daqueles que só souberam dos temas abordados pela propaganda boca-a-boca, que trabalhamos junto da Comissão Científica para a materialização de um sonho antigo: a organização de todos os trabalhos em forma de revista.

Nas páginas seguintes, vocês terão acesso a diversos conteúdos que impactam profundamente as realidades vividas no dia a dia, seja no exercício profissional ou na vivência da Adoção e convivência familiar e comunitária.

As reflexões trazidas são muitas. No campo das pesquisas acadêmicas, perpassam a análise da escolha pela maternidade, seja para sua realização, biológica ou adotiva, até a entrega protegida de bebês e uma análise dos principais motivos que levam a essa decisão. Também discutem como as famílias lidam com a história dos filhos que chegam pela Adoção e, complementando a questão, o trabalho desenvolvido ainda durante o acolhimento, como a criação de álbum de memórias dessas crianças e desses adolescentes, além dos desafios que permeiam o acompanhamento escolar daqueles em acolhimento institucional.

São feitas reflexões acerca da necessidade da oferta de efetiva preparação aos pretendentes à Adoção, levando-os a refletir profundamente sobre todos os aspectos envolvidos.

Destaca-se a importância do letramento racial e adotivo e a possibilidade de utilização de literatura infantil para auxiliar nesse processo. Há também uma discussão específica acerca do papel das escolas e como a Adoção é tratada nesse contexto.

É apresentada uma análise do perfil de pretendentes à Adoção e sua correlação com o perfil dos filhos pretendidos, bem como o caminho inverso, no sentido de voltar o olhar para os anseios e expectativas das crianças e dos adolescentes que aguardam por uma família. Afinal de contas, nunca podemos perder de vista que eles são o centro de todo o trabalho.

Lança-se luz sobre a enorme quantidade de crianças e adolescentes acolhidos sem definição de sua situação jurídica de colocação em família adotiva ou retorno para a família biológica, e a necessidade de suporte especializado para acompanhamento das chamadas Adoções necessárias (crianças mais velhas, grupos de irmãos, com deficiência e inter-raciais). Dentre as boas práticas dos Grupos de Apoio a Adoção e outras instituições, enche os olhos e o coração compartilhar iniciativas realizadas no Brasil afora. O projeto Feliz Aniversário, garantindo que crianças e adolescentes tenham direito a comemorações personalizadas e individualizadas, é um exemplo emocionante.

Além disso, o olhar voltado especificamente para jovens acolhidos que passaram por processos de devolução/desistência e precisam encarar a possível realidade de alcançar a maioridade dentro das instituições de acolhimento. A parceria com Universidades para ampliação do atendimento por profissionais de Psicologia, não só às crianças e adolescentes acolhidos, mas também aos cuidadores, também merece destaque. Como o Projeto diz, é preciso cuidar de quem cuida.

Em relação ao trabalho dos Grupos de Apoio espalhados por todo o território nacional, destaca-se a necessidade de acompanhamento das famílias em pós-Adoção, a realização de rodas de conversa em ambiente seguro para partilhas sobre suas experiências, bem como a realização de encontros de grande visibilidade, preferencialmente em locais de fácil acesso a pessoas que não estejam diretamente ligadas à Adoção. É preciso furar a bolha e fazer a conversa atravessar as paredes.

Também participam desse processo os filhos por Adoção, que assumem um lugar de protagonistas dentro dos Grupos de Apoio. O Apadrinhamento também foi pauta. E precisa ser. Quando a Adoção é um sonho distante, ele pode se tornar a melhor forma de cuidado possível.

Fomos brindados, ainda, com duas pérolas, que temos a alegria de compartilhar: o projeto Atitudes Adotivas e Cidadania na Escola, que é, de longa data, um dos grandes xodós da ANGAAD, e integra formalmente este compilado, colocando-se mais uma vez acessível a todos, para que seja replicado em suas localidades, ampliando a cultura da Atitude Adotiva em todas as suas formas.

E, para fechar com chave de ouro, a *Adoção do menino que não é de Green Gables* nos emocionou desde que o resumo chegou à Comissão. Ler o relato de um garoto que, consciente de sua história, decide que é hora de ressignificar e refazer a rota, é simplesmente lindo. As páginas que se seguem são um verdadeiro tesouro para todos que vivem e trabalham com Adoção e todas as formas de garantia de direitos a crianças e adolescentes.

Nosso mais profundo agradecimento aos pesquisadores, voluntários, profissionais da rede e demais agentes que dedicaram seu tempo e sua expertise para formalizar trabalhos e práticas que hoje temos a alegria de disponibilizar para que sejam conhecidos e multiplicados em todo o Brasil.

Boa leitura a todos!

Jussara Marra
Presidente – ANGAAD
Novembro/2024

INVENTÁRIO DE AVALIAÇÃO DO VÍNCULO E ADAPTAÇÃO EM NOVA FAMÍLIA (IVANF) – SUBSÍDIO PARA A REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Amanda Gutierrez Andrade¹

Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD/MS

Mayra Aiello Corrêa Oliveira²

UNESP- Bauru /SP

Instituto Doulas de Adoção Brasil, São Paulo/SP

Jonatan dos Santos Franco³

Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD/MS

Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues⁴

UNESP- Bauru /SP

Regina Basso Zanon

Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD/MS

Veronica Aparecida Pereira⁵

Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD/MS

GAAD Acolher Dourados

Introdução: O acompanhamento das crianças e adolescentes em medida de proteção é um grande desafio para a rede de proteção. Os profissionais envolvidos precisam gerar informações seguras, a fim de contribuir para as decisões pautadas no melhor interesse do acolhido.

Objetivo: Nesse contexto, realizou-se uma revisão de literatura para identificar os conteúdos sensíveis para proposição de um novo instrumento de avaliação junto à famílias adotivas ou acolhedoras.

Procedimentos metodológicos: Os descritores para busca nos periódicos Capes foram: 1) vínculo; 2) criança; 3) avaliação; e 4) acolhimento, acompanhados dos seus respectivos sinônimos e termos em inglês, considerando a lacuna temporal de 2018 a 2023. Foram localizados 152 estudos, dos quais 99 foram excluídos por serem: duplicados (1), intervenções sem descrição dos instrumentos de avaliação (4), crianças maiores de sete anos (25), ou tratavam de outros assuntos (68). Entre os 53 resumos elegíveis, durante a leitura na íntegra, percebeu-se que 12 estudos não utilizavam instrumentos padronizado, restando 41 estudos para a análise qualitativa. Nessa análise, foram localizados 68 diferentes instrumentos. O critério de inclusão foi a identificação da população alvo para aplicação dos instrumentos e a existência de parâmetros psicométricos, localizando-se 13 instrumentos que foram excluídos por terem no público crianças com idade superior a seis anos. Outros 5 instrumentos foram excluídos por não apresentarem parâmetros psicométricos. Desse modo, 50 instrumentos foram considerados para análise, oriundos de 35 textos completos utilizados na análise qualitativa.

¹ Bolsista Capes – Mestrado em Psicologia

² Bolsista Capes – Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem

³ Bolsista CNPq – Graduação em Psicologia

⁴ Bolsista produtividade CNPq

⁵ Bolsista produtividade CNPq

Resultados e discussão: O estudo minucioso desses instrumentos possibilitou a identificação de duas dimensões para extração de itens: 1) vínculo e 2) adaptação. Para cada uma das dimensões, foram extraídas questões sobre o comportamento do adulto (607) e da criança (347). A análise de itens resultou na seleção de 80 questões, distribuídas nas duas dimensões (vínculo e adaptação), com enfoque no comportamento do adulto e da criança. Foram então estruturados dois modelos de inventário, diferenciados semanticamente quanto ao respondente (pai/mãe ou cuidador). Esses instrumentos foram analisados por 12 juízes (7 para cuidadores, 5 para pais) que avaliaram a linguagem, consistência prática e teórica. Os juízes foram selecionados pela atuação na equipe técnica ou formação em avaliação psicológica. As etapas seguintes consistirão na redução dos itens, a partir da consistência observada entre os juízes, e aplicação com o público-alvo. Análises preliminares indicaram um bom nível de concordância quando a qualidade da linguagem utilizada (superior a 80%) e consistência teórico-prática (70%).

Considerações finais: A versão corrigida desta análise seguirá para uma etapa piloto, com 10 famílias. A versão corrigida e ajustada seguirá para aplicação com um público estendido, para validação e redução dos itens. Pretende-se ao final disponibilizar um instrumento mais curto e consistente como subsídio para avaliação das equipes de forma sistemática e sensível à realidade brasileira.

Palavras-chave: adoção, avaliação psicológica, famílias acolhedoras.

Referências:

- Alexandre, N. M. C., & Coluci, M. Z. O. (2011). Content validity in the development and adaptation processes of measurement instruments. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16, 3061–3068.
- Bernardo, L. D., Pontes, T. B., de Souza, K. I., Santos, S. G., Deodoro, T. M. S., & de Al-meida, P. H. T. Q. (2021). Cross-cultural adaptation and content validity of the activity card sort for Brazilian Portuguese. *Brazilian Journal of Occupational Therapy*, 28(4), 1165–1179. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO2051>
- Da Silva, M. A., Machado, W. D. L., Pilotto, L. M., Backes, B., Zanon, R. B., Machado, P. V., Zoltowski, A. P. C., Vieira, R. V. D. A., Endres, R. G., Francalanci, M., Oliveira, V. A. D. J., Krug, J. S., & Bandeira, D. R. (2017). Construction and study of validity evidence of the Teaching Assessment Scale. *Revista Brasileira de Educacao*, 22(70), 690–707. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782017227035>
- Souza, A. C. de, Alexandre, N. M. C., & Guirardello, E. de B. (2017). Propriedades psicométricas na avaliação de instrumentos: avaliação da confiabilidade e da validade. *Epidemiologia e Serviços de Saúde : Revista Do Sistema Unico de Saude Do Brasil*, 26(3), 649–659. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742017000300022>.

GAAD-ACOLHER – NOVA GERAÇÃO: QUANDO OS FILHOS ASSUMEM UM ESPAÇO NO GRUPO

Veronica Aparecida Pereira

GAAD Acolher – Dourados/MS

Diana Rasteli Santos

GAAD Acolher – Dourados/MS

Thaís Lescano

GAAD Acolher – Dourados/MS

Linha de ação das boas práticas: Trabalho do GAA com as crianças e adolescentes no pós-Adoção.

Os Grupos de Apoio à Adoção são reconhecidos com um espaço diferenciado para as famílias, seja no tempo de preparo, espera ou no período pós-Adoção. Por vezes, crianças e adolescentes frequentam também esse espaço, de forma secundária, acompanhando seus pais, ou engajando-se em atividades propostas, normalmente voltadas à recreação, enquanto os pais discutem as questões ligadas à filiação adotiva. Isso faz com que se pergunte qual o real espaço dos filhos no grupo e se esse espaço seria exclusivo dos pais. Entre os filhos já adultos, percebeu-se a necessidade, inclusive, de criar uma associação dos filhos. Desse modo, nesse relato, compartilhamos a experiência que surgiu em nosso grupo, por iniciativa dos filhos de, junto aos encontros das famílias, criar um espaço diferenciado, em que possam compartilhar suas experiências.

Objetivos: Este relato tem por objetivo propiciar reflexões sobre o papel dos filhos nos Grupos de Apoio à Adoção.

Metodologia das boas práticas: O grupo teve início nesse ano de 2024, por iniciativa de alguns jovens e adolescentes que acompanharam suas famílias na fase inicial do processo de Adoção. Quando esse desejo foi compartilhado com a coordenação do Grupo de Apoio, buscou-se encontrar no grupo pessoas que pudessem acompanhar esse grupo, de uma forma descontraída e dinâmica. Ficaram responsáveis por essa condução uma mãe por Adoção, com formação em psicologia, e uma assistente social, que também passou por um histórico de acolhimento na adolescência. Foram realizados três encontros mensais, com duração de uma hora e meia. Participaram das atividades entre oito e dez jovens e adolescentes. Os encontros foram conduzidos com trechos de vídeos, discussão e partilha de alimentos. De forma descontraída, os participantes são encorajados a falar sobre a sua identidade, projeto de vida, vivências escolares, bullying, preconceito e outras situações do cotidiano. Refletem também sobre as diferentes constituições familiares e como se reconhecem em suas famílias.

Impactos da implantação das Boas Práticas: A experiência tem sido positiva, abrindo um espaço mais amplo de significado do grupo, pois na medida em que os filhos assumem esse protagonismo, a própria continuidade do grupo ganha novos significados.

Avaliação dos impactos: os profissionais envolvidos na ação desejam continuá-la aprofundando conteúdos e atribuindo novas funções aos jovens junto ao grupo das famílias. Uma lacuna ainda a ser atendida refere-se ao acompanhamento das crianças menores, que requerem um planejamento de ações diferenciadas, com uma linguagem que vá ao encontro das suas necessidades e expectativas.

Palavras-chave: filhos por Adoção; pós-Adoção; novas gerações por Adoção.

A REPRESENTAÇÃO DRAMATÚRGICA NO CONTEXTO DE ADOÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Ana Laura Câmara Marques

UniCatólica, Mossoró/RN

Clenia Kéthyllen da Silva Soares

UniCatólica, Mossoró/RN

Juliana Alves de Queiroz

UniCatólica, Mossoró/RN

Roberta Caroliny Cruz

UniCatólica, Mossoró/ RN

Yasmin Rayanne Franco Bezerra

UniCatólica, Mossoró/ RN

Introdução: A família é o grupo cujas relações são baseadas na confiança, suporte mútuo e destino comum. Dessa maneira, o trabalho pretende demonstrar a Adoção como ato de amor e de direito a ter uma família, não devendo ser associado a uma solução de abandono.

Objetivo: Este trabalho possui como principal objetivo analisar como a representação da Adoção na dramaturgia brasileira influencia as concepções do meio social acerca do tema.

Procedimentos metodológicos: Foi utilizado o método dedutivo e a pesquisa documental e bibliográfica. Dessa forma, foram selecionadas novelas brasileiras que fazem menção ao processo adotivo e tiveram destaque em âmbito nacional, junto a isso, também utilizamos artigos científicos e livros sobre o assunto, com a finalidade de embasar a construção do trabalho e trazer importantes discussões, levando em consideração que a mídia e a televisão possuem grande influência na vida dos brasileiros e na forma como a informação é repassada. Por fim, o presente resumo também possui como intuito desmistificar preconceitos enraizados acerca do processo de Adoção e esclarecer desinformações comumente repassadas dentro do corpo social sobre o tema, a partir da apresentação das informações corretas e atualizadas sobre o processo adotivo no Brasil.

Resultados e discussão: Fica claro que, com o passar das décadas, houve diversas mudanças no conceito de família, devido à influência de muitos fatores. O processo de Adoção é a maneira que muitas pessoas encontram para formar uma família, podendo esta se dar de diversas formas, dentre elas monoparental, unilateral, conjunta, internacional e homoparental. No artigo são apresentadas 7 novelas que tiveram relevância na teledramaturgia nacional, entre elas “Amor de mãe”, que retrata a Adoção “à brasileira” e aborda o processo de descoberta da Adoção. Em “Malhação - Vidas brasileiras” acompanhamos o processo da Adoção dita tardia, já em “Amor à vida” foi retratada a Adoção por casais homoafetivos. Todas as obras tendem a ser informativas, porém somente até certo ponto, pois a questão legal não é mostrada com detalhes, sendo, por vezes, romantizada. Além disso, as diversas formas de Adoção são pouco abordadas e o processo geralmente é retratado de forma ilegal, conhecida como “Adoção à brasileira”. Ainda assim, reconhece-se que as produções carregam a intenção de apresentar o tema e proporcionar debates.

Considerações finais: Concluimos que as dramaturgias brasileiras possuem uma grande influência no conhecimento popular sobre o processo de Adoção. No entanto, devido ao lado fantasioso de como as obras são apresentadas, elas acabam muitas vezes ignorando as partes legais dos processos de adoção e, principalmente, os problemas burocráticos que o sistema brasileiro de Adoção enfrenta. Apesar das dramaturgias nacionais desempenharem um ótimo trabalho trazendo visibilidade para o tema, a Adoção precisa ser retratada de forma séria, tanto em meios de comunicação, como em estudos, a fim de evitar o repasse de informações equivocadas e a falta de conhecimentos legais.

Palavras-chave: Adoção; Dramaturgia; Psicologia.

A SELETIVIDADE NO PROCESSO DE ADOÇÃO POR UM OLHAR INTERSECCIONAL À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Maianne Cristinne Silva dos Santos

Graduanda do Curso de Direito na Universidade Santa Terezinha – CEST
Voluntária no Grupo de apoio à Adoção AME, São Luís/MA

Lyana Sousa Costa

Pós-Graduanda em Direito Público, São Luís/MA

Letícia Prazeres Falcão

Mestre em Direito

Professora Universitária

Assessora na ESMP/MA

Introdução: No Brasil, segundo dados do Sistema Nacional de Adoção (SNA) e Acolhimento, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), há 4.788 crianças e adolescentes com situação definida de colocação em família adotiva, ao lado de 36.325 pretendentes à Adoção. A disparidade entre os números pode ser explicada pela preferências demonstrada pelos postulantes que, em geral, são bem parecidas: crianças de 0 a 3 anos, brancas, preferencialmente meninas, e sem deficiência. As crianças negras, com alguma deficiência, com irmãos ou com idade mais avançada são, assim, preteridas. Isso revela a necessidade de analisar o fenômeno da seletividade na Adoção por um olhar interdisciplinar, sobre o que está por trás das preferências dos pretendentes, e em que medida esse fenômeno pode refletir nossa sociedade.

Objetivos: O presente trabalho tem por objetivo analisar a seletividade no processo de Adoção por meio de uma perspectiva interseccional. O número de crianças e adolescentes com situação definida de colocação em família adotiva e a quantidade de postulantes à Adoção é desproporcional. Diante disso, é necessário entender quais as razões para tal disparidade, por meio de uma análise de três pilares: gênero, raça e classe, a fim de entender o perfil das crianças cadastradas no Sistema Nacional de Adoção e o estereótipo dos pais com interesse na Adoção. Surge, então, a problemática: por que, mesmo diante de um grande número de interessados em adotar, a lista de crianças e adolescentes com decisão de encaminhamento para Adoção segue em crescimento?

Procedimentos metodológicos: Diante disto, buscou-se estudar, utilizando como procedimento metodológico a análise documental e bibliográfica, dados e legislação vigente, os motivos dessa disparidade e sua relação direta com os direitos e garantias fundamentais e princípios da Constituição Federal de 1988. A compreensão do problema é essencial para fornecer subsídios para o debate jurídico e o aprimoramento das políticas públicas relacionadas à Adoção e à proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

Resultados e discussão: Ao final do estudo, concluiu-se que as crianças e adolescentes disponíveis para Adoção, conforme dados do Sistema Nacional de Adoção (SNA) e Acolhimento, possuem, de forma majoritária, um perfil distante daquele procurado pelos postulantes, contribuindo para a disparidade entres os números apresentados.

Considerações finais: O olhar interseccional revela que ainda se percebe muitas preferências baseadas em preconceitos e discriminação, como gênero e raça, na escolha de crianças e adolescentes, o que contribui para uma fila que não se sabe quando, ou se, será totalmente zerada, criando e fortalecendo um estigma para as crianças e adolescentes que permanecem nos acolhimentos até completarem a maioridade civil.

Palavras-chave: Adoção; seletividade; interseccionalidade.

ADOÇÃO LEGAL: DA DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR A UM NOVO LAR

Cintya Kariedja Almeida Costa Alves

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, Macau/RN

Emiliana Cristina Galdino Fonseca

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, Macau/RN

Introdução: A realidade de muitas crianças e adolescentes pode ser considerada pesada e triste, pois passam por situações de violências ou falta de cuidados por aqueles que deveriam proporcionar um ambiente seguro, permeado de zelo e carinho, garantindo o acesso a todos os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Diante disso, acabam chegando ao Acolhimento (Institucional ou Família Acolhedora), sendo que em grande parte dos casos, tramita em paralelo o processo de Destituição do Poder Familiar. Assim, o relato de experiência aborda o trabalho de acompanhamento realizado pela Equipe Técnica da 1ª Vara da Comarca de Macau, junto com os demais profissionais da Rede de Proteção da Criança e do Adolescente, cuja atuação aconteceu desde o acolhimento da criança foi na Unidade de Acolhimento Institucional Caminho do Lar, município de Guamaré/RN, tendo passado por Destituição do Poder Familiar até encontrar um novo lar, por meio da Adoção.

Objetivos: Compartilhar vivências relevantes sobre Adoções que seguem o que é determinado pela legislação. Enfatizar a importância de os pretendentes à Adoção passarem por todas as etapas e estarem habilitados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA). Analisar a importância do acompanhamento pela Equipe Técnica durante todo o processo desde a destituição do poder familiar até a Adoção concretizada.

Procedimentos metodológicos: Os trabalhos tiveram início quando a demanda chegou até a Equipe Técnica, a qual realizou a busca pela família extensa, com visitas domiciliares, bem como visitas institucionais com a finalidade discutir e analisar o caso, envolvendo ainda o Conselho Tutelar o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Além disso, foram realizados atendimentos às partes do processo e, por fim, todo o acompanhamento também no processo de Adoção para que a criança tivesse garantido o direito a uma família que proporcionasse carinho e ambiente seguro. Assim, o acompanhamento iniciou em 2022 e foi finalizado em 2024. Durante todo o trabalho foram feitas orientações e atendimentos à criança e ao casal de pretendentes à Adoção.

Resultados e discussão: Os resultados alcançados mostrando o sucesso da Adoção de forma legal e segura. Após concluído o período de estágio de convivência, o qual foi acompanhado pela Equipe Técnica da 1ª Vara da Comarca de Macau, e emitido o relatório pela equipe, abordando toda essa fase tão importante e decisiva para a finalização do processo, quando a criança é inserida na família, passando os postulantes a vivenciar a maternidade e a paternidade de forma efetiva, bem como a compreender o lugar de filho que essa criança ocupará na família, experienciando a fase do cuidar, adaptar e fortalecer os laços. Ao final do Estágio de Convivência foi realizada a audiência com o casal de postulantes e finalizada a Adoção.

Considerações finais: Diante do exposto, foi possível analisar que a Adoção pela via legal é a forma mais segura tanto para os adotantes como para a criança e/ou adolescente que está sendo adotado. Por isso, se faz necessário que os pretendentes à Adoção passem por todas as etapas, se habilitando e sendo inseridos no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), o que torna o processo legítimo, como preconiza a Lei. Nesse contexto, é importante destacar a importância do acompanhamento da Equipe Técnica durante todo o processo desde a destituição do poder familiar até a Adoção. Enquanto Equipe Técnica pudemos vislumbrar os direitos da criança sendo respeitados, como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), tendo a criança do caso, após conclusão do processo passado à condição de filha do casal de forma legal, tendo todos os seus direitos garantidos.

Palavras-chave: Destituição do Poder Familiar, Acompanhamento, Adoção.

ADOÇÃO PELOS CAMINHOS LEGAIS: A ARTICULAÇÃO ENTRE O PODER JUDICIÁRIO E O HOSPITAL DO SERIDÓ – CAICÓ, RN

Ismael Victor Araújo de Oliveira

Psicólogo, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, Caicó/RN

Kalinne Alves Saraiva Saldanha

Assistente Social, Hospital do Seridó, Caicó/RN

Silvaneide de Araújo Simões

Assistente Social, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, Caicó/RN

Vera Lúcia Maia Freire

Assistente Social, Hospital do Seridó, Caicó/RN

Introdução: O relato de experiência descreve o trabalho conjunto da Equipe Técnica da Vara da Infância e Juventude e o Serviço Social do Hospital do Seridó, na Comarca de Caicó/RN, nos casos de entrega de recém-nascido pelos caminhos legais da Adoção. Esta iniciativa partiu da vivência dos autores, que atuam no acompanhamento intersetorial das pessoas que externam o desejo de entregar o filho para a Adoção e da necessidade de instituir o Protocolo de Entrega Legal do Hospital do Seridó.

Objetivos: Socializar experiências significativas na condução da Entrega Legal. Garantir os direitos da puérpera e do nascituro. Coibir qualquer forma de julgamento ou constrangimento. Implantar o Protocolo de Entrega Legal no Hospital do Seridó.

Procedimentos metodológicos: Nos casos acompanhados entre o período de 2021 a 2024, a equipe técnica da Infância e Juventude e o Serviço Social do Hospital do Seridó seguindo o protocolo de entrega legal, realizaram o acompanhamento e o acolhimento de 6 parturientes que manifestaram o desejo de entregar o filho para Adoção. O atendimento foi realizado de forma humanizada e sem constrangimento, garantindo os direitos fundamentais da puérpera e do nascituro. Assim como foram orientadas sobre os procedimentos jurídicos, o sigilo profissional, a avaliação do estado psicossocial e os motivos que as levaram a decisão. Elas passaram por orientações sobre os direitos durante e após a Entrega Legal, apoio psicológico e socioassistencial, a fim de evitar que fatores socioculturais, psicossociais e socioeconômicos interferissem na decisão.

Resultados e discussão: Os resultados alcançados mostraram o sucesso em todas as entregas ocorridas no município de Caicó-RN, entre os anos de 2021 a 2024, conforme informações dos Processos Judiciais Eletrônicos-PJE. Dos 6 casos de entrega legal, todas tiveram as entregas concluídas, sem qualquer manifestação de desistência durante os 10 dias de arrendimento, demonstrando consciência e segurança na decisão. A implantação do Protocolo de Entrega Legal é uma necessidade para conduções multiprofissionais obterem sucesso.

Considerações finais: Durante o presente estudo, foi possível conhecer e analisar a trajetória acerca dos caminhos da Entrega Legal, desde o surgimento do desejo da gestante até a entrega da criança para Adoção, demonstrando como os direitos da gestante foram construídos por um longo caminho percorrido com desafios, tropeços e avanços na busca de garantir seus direitos, identificando preconceitos e discriminação da sociedade com as pessoas que desejam entregar seus filhos para a Adoção. Assim, a equipe intervém reunindo elementos para uma análise de conjuntura que compreenda a necessidade de

proteção tanto do nascituro como da gestante, visto que ambos se encontram desprotegidos psicologicamente e socialmente, visando o acolhimento e encaminhamento para o acesso a direitos que muitas vezes foram violados.

Palavras-chave: Adoção, Entrega Legal, intersetorialidade.

Referências:

ANDRADE, Lara B. S. "Adoção Legal: A Importância da Rede de Proteção e do Atendimento Humanizado." *Caderno de Serviço Social*, v. 12, n. 1, 2022.

Brasil. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). "Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes." Brasília: CFESS, 2016. Disponível em: <https://www.cfess.org.br>.

Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Resolução no 190/2014: Dispõe sobre o Cadastro Nacional de Adoção e outras providências. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br>.

DIAS, Paula R.; LIMA, Roberto S. "O Papel do Serviço Social no Acompanhamento da Entrega Legal para Adoção." *Revista Serviço Social em Perspectiva*, v. 22, n. 4, 2021. Disponível em: <https://revistaser.com>.

FONSECA, Ana Carolina. *Adoção e o Estatuto da Criança e do Adolescente: Teoria e Prática*. 3a ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Ministério da Saúde (Brasil). Política Nacional de Humanização (HumanizaSUS). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas, 2013. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br>.

OLIVEIRA, Júlio C. "Entrega Legal no Brasil: Aspectos Éticos e Práticos." *Revista de Direito e Sociedade*, v. 8, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revistadireito.com.br>.

SANTOS, Clara E. et al. "Apoio Intersetorial na Entrega Legal de Recém-Nascidos para Adoção: Estudo de Caso no Rio Grande do Norte." *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 15, n. 2, 2023.

SILVA, Maria José F.; PEREIRA, Antônio C. "Adoção e os Direitos da Criança e do Adolescente: Perspectivas Interdisciplinares." *Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões*, v. 5, n. 3, 2020.

UNICEF Brasil. "Direitos das Crianças e Adolescentes: Garantias e Desafios no Contexto da Adoção." 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brasil>.

APADRINHAMENTO AFETIVO E SUA RELEVÂNCIA NAS CASAS DE ACOLHIMENTO

Agatangelo Francisco Freire

UniCatólica do Rio Grande do Norte, Mossoró/RN

Larissa Cristina da Silva Oliveira

UniCatólica do Rio Grande do Norte, Mossoró/RN

Maysla Cristina da Silva

UniCatólica do Rio Grande do Norte, Mossoró/RN

Rayane Raielle Ribeiro

UniCatólica do Rio Grande do Norte, Mossoró/RN

Ana Laura Câmara Marques

UniCatólica do Rio Grande do Norte, Mossoró/RN

Introdução: O principal objetivo do apadrinhamento afetivo é a criação do vínculo afetivo de forma segura e duradoura, entre crianças e adolescentes que estão nos acolhimentos e pessoas que estão dispostas a apoiar e tornar-se padrinho e madrinha. Ser padrinho ou madrinha afetivo/a é um ato de responsabilidade equiparado ao próprio sentido das palavras. Ele vai ser aquele amigo companheiro do afilhado e irá vivenciar sentimentos e responsabilidade de padrinhos que já acontecem tradicionalmente no seio da cultura do Brasil, no qual os padrinhos são vistos como auxiliares na construção emocional dessa criança e adolescente. Eles contribuem de forma eficaz na esfera psicoemocional, auxiliando com novas vivências familiares e sociais.

Objetivos: O presente estudo tem como objetivo explorar quais os benefícios dos padrinhos afetivos para crianças e adolescentes que estão em situação de acolhimento.

Procedimentos metodológicos: Foi escolhido como método a revisão de literatura integrativa, utilizando como descritores as palavras-chave: Apadrinhamento afetivo, Adoção, acolhimento, por meio de busca nas bases de dados SciELO, Lilacs e PubMed, abrangendo o período de 2014 a 2024. A seleção resultou em doze estudos qualitativos pertinentes para a análise.

Resultados e discussão: Os resultados foram agrupados em duas categorias, quais sejam, as consequências da permanência de longo prazo nas casas de acolhimento e quais os benefícios em assegurar um ambiente familiar para essas crianças e adolescentes. O extenso período em casas de acolhimento pode levar aos acolhidos sentimentos de angústia e de rejeição. De outro lado, padrinhos e afilhados realizam atividades e passeios fora da instituição de acolhimento, com a possibilidade de passarem fins de semana, feriados ou dias em ambiente diverso.

Considerações finais: O programa apadrinhamento afetivo deve cumprir com o real objetivo a que se destina. Proporcionando formação de vínculos, vivências familiares com seus padrinhos afetivos, o que contribui positivamente para o desenvolvimento das crianças e adolescentes que vivem em casas de acolhimento. Vale ressaltar que o padrinho afetivo não tem a tutela do apadrinhado, sendo a relação entre eles uma troca de afeto genuíno de ambas as partes, podendo contribuir positivamente na elaboração e superação de situações de violação de direitos vivida pela criança ou pelo adolescente.

Palavras-chave: vínculos sociais, apadrinhamento afetivo, relações afetivas.

Referências:

- FREITAS, Jucelia Oliveira. O apadrinhamento afetivo como caminho para a adoção. Caderno IEP/MPRJ, v. 1, n. 1, 2018.
- SOUSA, Verônica Pereira de. Apadrinhamento.repositorio.uniceub.br, 2017.
- FEDERAL, Governo et al. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei federal, v. 8, 1990.
- LOPES, Rosa Graciéla de Campos. Família e Sociedade: Uma perspectiva multidisciplinar, ed. Juruá, 2018.
- TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Corregedoria Geral de Justiça. Provimento no. 234, de 12 de maio de 2022. Institui o “Programa Padrinhos” no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte. Diário da Justiça Eletrônico, Ano 16-Edição 3489.
- GOULART, Juliana Sonogo; DOS SANTOS PALUDO, Simone. Apadrinhamento afetivo: construindo laços de afeto e proteção. Psico, v. 45, n. 1, p. 35-44, 2014.
- DE JESUS, Cristian Riquele Helbe; FERREIRA, Natalia Bonora Vidrih. APADRINHAMENTO AFETIVO: ALTERNATIVA PARA ASSEGURAR O DIREITO A CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES. Revista FAROL, v. 20, n.20, p. 8-25, 2024.
- GOMES, Marília Rosa. Adoção: Aceitar a criança e sua história condição essencial para seu sucesso. Monografia (Graduação em Psicologia). Centro Universitário de Brasília. Faculdade de Ciências da Saúde. Brasília, 2003.
- SOARES, Regina Coeli Lopes. Os entraves à adoção da criança e adolescente em acolhimento no NIAC, AIA e Aldeia SOS no município de Mossoró. 2019.
- FERRARI, Fabiana Christina. O direito constitucional de convivência familiar conferido à criança e ao adolescente. 2012.
- SILVA, Thaynanda Mirella Sena et al. Adoção tardia: a morosidade da justiça e a influência na permanência de crianças e adolescentes nos centros de acolhimento. 2018.

AS INTERVENÇÕES SOCIAIS FRENTE À ENTREGA DE RECÉM-NASCIDOS PARA ADOÇÃO: A ARTICULAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO FORO REGIONAL DE CAICÓ E A REDE INTERSETORIAL DA REGIÃO DO SERIDÓ DO ESTADO DO RN.

Silvaneide de Araújo Simões

Assistente Social, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, Caicó/RN

Introdução: O relato de experiência descreve o trabalho articulado do Serviço Social do Foro Regional com a Rede intersetorial da Região do Seridó nos casos de Entrega Legal em Adoção. Foi um trabalho de acompanhamento, mobilização e monitoramento da Rede Intersectorial da Região do Seridó, em específico às Políticas Públicas de Saúde e Assistência Social da Comarcas do Foro Regional do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.

Objetivos: Compartilhar experiências importantes na mobilização e acompanhamento dos Casos de Entrega Legal do Foro Regional do Seridó. Garantir os direitos da gestante e seu acesso às Políticas Públicas Municipais. Garantir o acompanhamento da rede intersectorial a gestante que deseja entregar o filho para Adoção. Conscientizar sobre o sigilo profissional e institucional na entrega legal. Garantir atendimento humanizado e sem constrangimento a gestante.

Procedimentos metodológicos: Nos casos acompanhados entre o período de 2021 a 2024, o Serviço Social da Infância e Juventude do Foro Regional, realizou o acompanhamento e o acolhimento de 12 parturientes que manifestaram o desejo de entregar o filho para Adoção. Os atendimentos aconteceram presencialmente e remotamente, devido às questões geográficas e ao desejo do sigilo do caso. Tendo sido mobilizada a rede intersectorial do município da gestante, a Política de Saúde, Assistência Social e Conselho Tutelar, pessoas de referência acompanhavam a gestante, viabilizando acesso aos seus direitos, com apoio intersectorial e a proteção necessária. Foi realizado acompanhamento humanizado e sem constrangimento, garantindo os direitos fundamentais da puérpera e do futuro nascituro. A todo tempo foi analisado seu estado psicossocial e conferido apoio necessário.

Resultados e discussão: Os resultados alcançados mostraram o sucesso em todas as entregas acompanhadas na região do Seridó pelo Foro Regional situado na Comarca de Caicó/RN, entre os anos de 2021 a 2024, conforme registros obtidos pela Coordenação Estadual da Infância e Juventude do RN - CEIJ, por meio da Coordenação do Programa Atitude Legal, sendo 6 gestantes do Comarca de Caicó/RN, 1 Gestante de Comarca Acari, 2 gestantes do Comarca de Parelhas, 3 gestantes da Comarca de Currais Novos, chegando-se ao total de 12 Entregas Legais. Todas tiveram as entregas concluídas, sem qualquer manifestação de desistência durante os 10 dias de arrendimento, demonstrando segurança na decisão.

Considerações finais: Durante o trabalho articulado entre o Serviço Social e a Rede Intersectorial de Proteção do Foro Regional, foi possível analisar a falta de conhecimento e articulação dos profissionais na condução da entrega legal. Os profissionais possuem dúvidas comuns, sobre protocolos e procedimentos. Foram traçadas estratégias de Educação Permanentes da Rede de Proteção da Região do Seridó sobre o Programa Atitude Legal, de forma online, durante a Semana Estadual da Adoção no Foro Regional, na Região do Seridó, do Estado do Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: Adoção, Entrega Legal, Trabalho em Rede.

AS POSSIBILIDADES DA ESCOLHA DE SER MÃE

Ana Laura Câmara Marques

UniCatólica / RN

Instituto Doulas de Adoção Brasil, São Paulo/SP

Grupo de apoio à Adoção AFETO, Mossoró/RN

Mayra Aiello C. Oliveira

UNESP – Bauru/SP

Instituto Doulas de Adoção Brasil, São Paulo/SP

Introdução: O universo feminino, permeado de tantas escolhas, há uma que se destaca: ser mãe ou não ser mãe. A partir desse questionamento, tantos outros se fazem emergir, como refletir de que maneira se chegará a essa maternidade, pois é válido ressaltar que a via biológica é apenas uma das opções. Não se deve descartar do debate outras possibilidades de se vivenciar a maternidade.

Objetivos: Promover reflexão sobre as motivações na escolha da maternidade pela via da Adoção, sem restringir a questões levantadas na literatura como a infertilidade, impossibilidades biológicas ou, até mesmo, ato de caridade.

Procedimentos metodológicos: Este estudo faz parte do trabalho de conclusão de curso da formação de Doulas de Adoção do Instituto Doulas de Adoção Brasil. Foi realizada uma revisão da literatura nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico, que envolveu um processo de levantamento, análise e descrição de publicações sobre o tema da escolha da maternidade por via da Adoção.

Resultados e discussão: Os estudos revisados destacam que a identificação com a maternidade vai além das questões biológicas. A construção da identidade materna está intrinsecamente ligada às questões sócio-históricas de cada época e cultura, as quais influenciam as percepções, comportamentos e atitudes individuais ao longo da vida. Historicamente, a associação entre maternidade e feminilidade foi fortemente enfatizada, especialmente no século XIX. No entanto, o final do século XX testemunhou mudanças significativas nos papéis sociais das mulheres, refletindo-se em uma variedade de escolhas relacionadas à maternidade. O advento de métodos contraceptivos e conceptivos avançados concedeu às mulheres um maior controle sobre suas decisões reprodutivas. Isso levanta questões complexas sobre a escolha de engravidar ou não, e quando fazê-lo. Infelizmente, muitas mulheres que optam por não engravidar enfrentam críticas e estigmas sociais, sendo rotuladas como "anormais" ou com problemas psicológicos, o que é injusto e prejudicial. A decisão de se tornar mãe por meio da Adoção representa uma alternativa válida e significativa, embora ainda seja rodeada de tabus e preconceitos infundados. Esses estigmas muitas vezes resultam em uma visão distorcida da maternidade por via da Adoção, ignorando as muitas histórias de sucesso e vínculos de afeto que essa jornada pode proporcionar.

Considerações Finais: Concluindo, este estudo reforça a ideia de que a maternidade vai além da concepção biológica e da presença física do filho. A escolha de se tornar mãe, seja através da gravidez ou da Adoção, é profundamente pessoal e não deve ser julgada de forma negativa. É fundamental desafiar os estigmas e preconceitos associados à maternidade não tradicional, promovendo uma cultura de aceitação e compreensão das diferentes formas de vivenciar a relação materno-filial.

Palavras-chave: Adoção; Maternidade; Livre escolha.

Referências:

- ARIÈS, P. História social da criança. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BADINTER, E. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- BADINTER, E. O conflito: a mulher e a mãe. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- COLARES, S. C. S.; MARTINS, R. P. M. Maternidade: Uma Construção Social Além do Desejo. Revista de Iniciação Científica da Universidade Vale do Rio Verde, v. 6, p. 42-47. 2016.
- HOMEM, M.; CALLIGARIS, C. Coisa de menina? Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo. Campinas, SP: Papirus, 2019.
- KOHL-SANTOS, P.; MOROSINI, M. C. O revisitar da metodologia do estado do conhecimento para além de uma revisão bibliográfica. Revista Panorâmica Online, v. 33, 2021.
- LEMES, L. B. Novas práticas de maternagem e feminismo das mulheres da plataforma cientista que virou mãe. 2018. 263 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História)- da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC.
- LOPES, R. G. C. (coord.). Família e Sociedade: Passo a passo: Uma perspectiva multidisciplinar. Curitiba: Juruá, 2018.
- MARCOS, C. M. O Desejo De Ter Um Filho E A Mulher Hoje. Trivium: Estudos interdisciplinares, v. 2, p. 246-256. 2017.
- MAUX, A. A. B.; DUTRA, E. Do Útero À Adoção: A Experiência De Mulheres Férteis Que Adotaram Uma Criança. Estudos de Psicologia, v.14, p.113-12, 2009.
- MONDO, F. S.; SOUZA, R. C. F. Ser mãe: as expectativas para o exercício da maternidade. 2020. TCC (Graduação em Psicologia) - Universidade do Sul de Santa Catarina - SC
- MOURA, S. M. S. R.; ARAÚJO, M. de F. A Maternidade Na História E A História Dos Cuidados Maternos. Psicologia Ciência e Profissão, v. 24, p. 44-5, 2004.
- NUNES, S. A. Afinal, O Que Querem As Mulheres? Maternidade E Mal-Estar. Psicologia Clínica., v23, p.101 – 115, 2011.
- RIOS, M. G.; GOMES, I. C. Casamento contemporâneo: revisão de literatura acerca da opção por não ter filhos. Estudos de Psicologia, Campinas, SP v. 26. p. 215-225, 2009.
- SCAVONE, L. Maternidade: Transformações Na Família E Nas Relações De Gênero. Interface Comunic, Saúde, Educ, v. 5, p. 47-60, 2001.
- SONEGO, J. C.; LOPES, R. C.S. A experiência da maternidade em mães adotivas (2009). Aletheia, v. 29, p.16-26 .

ENTREGA SEGURA PARA ADOÇÃO: CONCEPÇÃO DE TÉCNICOS PARTICIPANTES DE PROJETO DE PREVENÇÃO AO ABANDONO

Simone Yuriko Kameo

Universidade Federal de Sergipe

Projeto Acalanto Sergipe/SE

Marlizete Maldonado Vargas

Projeto Acalanto Sergipe/SE

Roberta Macedo Gois

Projeto Acalanto Sergipe/ SE

Introdução: O problema do abandono de crianças remonta aos primórdios de nossa história. Até a promulgação da Lei 8.069/92 (Estatuto da Criança e do Adolescente), inexistiam ações positivas garantindo seus direitos. Os cuidados às crianças se estendem às gestantes. O princípio da proteção integral da criança prevê o adequado atendimento a gestante ou parturiente que manifeste desejo de entregar o filho para Adoção. A Resolução 485 do CNJ dispõe sobre o atendimento do sistema de Justiça e da rede de apoio à Entrega Voluntária.

Objetivos: Levantar concepções e experiências de profissionais da saúde e assistência sobre a entrega para Adoção. Avaliar projeto de capacitação de multiplicadores da rede de atenção materno infantil para o acolhimento humanizado de gestantes, puérperas ou mães que declarem o interesse em entregar seu filho para a Adoção com vistas a à humanização da entrega legal.

Procedimentos metodológicos: Trata-se de diagnóstico inicial e avaliação de projeto de capacitação de técnicos da rede de saúde e assistência materno-infantil da capital sergipana. Após firmadas parcerias com secretarias municipais de Saúde e Assistência, com apoio do Ministério Público, e aprovação do Poder Judiciário; realizou-se o levantamento sobre concepções dos participantes das oficinas sobre o tema da entrega de crianças para Adoção. Utilizou-se questionário eletrônico (Google Forms) com questões mistas e análises quali-quantitativas. Após a realização das oficinas, aplicou-se o segundo questionário (avaliação). Paralelamente, houve a publicitação de conteúdo (cartazes, folders, vídeo, e posts em redes sociais) sobre a temática.

Resultados e discussão: Participaram das oficinas de multiplicadores profissionais dos CRAS, CREAS, conselheiros tutelares, enfermeiros das UBS e maternidades de Aracaju. Responderam os questionários 49 profissionais que atuam na rede, sendo a maior parte composta por assistentes sociais (30,6%), enfermeiros (28,6%) e psicólogos (16,3%). A maior parte dos profissionais já teve contato com mulheres que manifestaram o desejo de entregar um filho para Adoção. Os participantes consideram as condições socioeconômicas desfavoráveis o principal motivo para a entrega (21,7%), seguido de abuso sexual/gravidez (18,6%), medo e vergonha (10,0%), falhas na rede de atenção e/ou conhecimento sobre o processo de entrega (10,0%) e questões emocionais (10,0%). A maior parte dos sujeitos considerou proveitosas as oficinas, esclarecedoras e relevantes (47%) e deixou como sugestão que o projeto deva acontecer na rede de forma mais ampliada (31%). Os participantes apontaram a necessidade de um fluxograma de atenção da rede e protocolo específico para entrega legal; também, a ampliação do projeto para outros aparelhos e municípios.

Considerações finais: As ações realizadas possibilitaram um importante espaço de reflexão de profissionais de diversas áreas e aparelhos da rede de atenção materno-infantil sobre um tema pouco difundido. Embora seja um direito assegurado por lei, a maior parte dessas mulheres ainda apresenta receios de manifestar seu intento de entregar um filho para Adoção por medo de julgamentos. Foi possível orientar os participantes das oficinas sobre a importância da escuta ativa, do sigilo e encaminhamento das mulheres que tencionam entregar seu filho para Adoção à equipe técnica da Vara da Infância e Juventude, para que medidas protegidas e mais humanizadas sejam efetivadas.

Palavras-chave: entrega, entrega legal, Adoção, capacitação.

Referências:

FARAJ, S.P.; MARTINS, B.M.C; SANTOS, S.S.; ARPINI, D.M.; SIQUEIRA, A.C. "Quero Entregar meu Bebê para Adoção": O Manejo de Profissionais da Saúde. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 32, n. 1, p. 151–159, jan. 2016.

MELLO, I. S. P. B. DE .; DIAS, C. M. DE S. B.. Percepção de homens e mulheres acerca de quem entrega um filho para adoção. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 23, n. 1, p. 76–83, mar. 2003.

PINHO, P. G. R.; MACHADO, R. N. Entrega em Adoção e Demanda de Reencontro à Justiça: Motivações da Genitora. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 43, p. e 2245419, 2023.

MACIEL, M. A. Da entrega à adoção : sentidos de maternidade compartilhados por profissionais / Milena Ataíde Maciel. – 2020. 187 f. : il. ; 30 cm. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2020.

Tribunal de Justiça do estado do Espírito Santo. A Coordenadoria da infância e juventude traz orientações sobre entrega voluntária. Disponível em: http://www.tjes.jus.br/coordenadoria-das-varas-da-infancia-e-da-juventude-traz_orientacoes-sobre-entrega-voluntaria.

O QUE AS HISTÓRIAS NOS FALAM? UMA ANÁLISE SOBRE A ADOÇÃO NO FILME O REI LEÃO

Luanna Alexandra Cheng

Instituto das Doulas de Adoção Brasil, São Paulo/SP

Mayra Aiello C. Oliveira

UNESP – Bauru/SP

Instituto Doulas de Adoção Brasil, São Paulo/SP

Luana Lacaze de C. Casella

Instituto Doulas de Adoção Brasil, São Paulo/SP

Introdução: É através das histórias que passamos a conhecer o outro, nos identificamos, nos aproximamos das suas verdades e das suas versões. Também existem as histórias que nos foram contadas e deixaram suas marcas na memória, marcas de um lugar conhecido. Através das repetições das narrativas e marcas do que não é contado, ficando no segredo, no não-dito, passando por gerações sem sequer serem contestadas. A partir disso, uma mesma história pode ser reinterpretada ao longo da vida, adquirindo sentidos distintos a cada nova experiência.

Objetivos: O objetivo desse estudo foi realizar uma análise a partir da animação O Rei Leão (1994; 2019), explorando os aspectos relacionados à Adoção na jornada de Simba. A análise é conduzida a partir de uma perspectiva psicanalítica, buscando compreender os diferentes sentidos atribuídos à história em momentos distintos.

Procedimentos metodológicos: Este estudo faz parte do trabalho de conclusão de curso da formação de Doula de Adoção. Para isso, foi realizada a análise da animação "O Rei Leão", lançada em 1994 e posteriormente em 2019 como filme em live action pela Walt Disney Pictures. Além disso, foram consultados livros e artigos relacionados à Adoção para embasar a análise.

Resultados e discussão: A história de Simba é carregada de simbolismos, afinal ele é o fruto do desejo de seus pais e o sucessor do Rei, sendo a sua chegada uma grande responsabilidade. Após testemunhar a morte de seu pai em um evento traumático, Simba, sentindo-se culpado, foge para longe, até ser encontrado por Timão e Pumba. Simba passa a viver uma vida na qual ele não precisava se preocupar com nada, não se questionava a respeito da sua origem e nem sobre quem ele era. Houve um recalcamento desse sujeito de desejo dos pais, dando lugar às defesas psíquicas que ele utilizou para não entrar em contato consigo. O não-saber sobre si, alimenta as transmissões psíquicas diante do mito familiar, em que nada é questionado, tampouco simbolizado, vive-se nos silêncios dos não ditos, mas transmitidos inconscientemente. O lema “Hakuna Matata” ensina Simba a viver a vida sem problemas, afinal é preciso esquecê-los e não pensar no passado, pois “o passado pode machucar, mas você pode fugir dele ou aprender com ele”.

Considerações finais: Para muitas famílias adotivas, o passado é deixado para trás, contudo ele se faz presente nas ações e atitudes inconscientes do adotado. Os comportamentos desafiadores podem ser influenciados por experiências anteriores, e os caminhos até a vinculação dentro da família adotiva podem ser complexos. Ter uma rede de apoio, como Grupos de Apoio à Adoção e profissionais especializados, psicólogos e doulas de adoção, é fundamental para fortalecer os laços com o adotado e possibilitar um espaço seguro para o diálogo, possibilitando novas formas de compreender a própria história.

Palavras-chave: o Rei Leão; histórias; Adoção.

Referências:

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente; ECA. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.

O REI LEÃO I. Direção: Rob Minkoff; Roger Allers Produtor: Don Hahn. Estados Unidos da América (EUA): The Walt Disney Company, 1994.

SCHETTINI, S. S. M; AMAZONAS, M. C. L e DIAZ, C. M. S. B. Famílias adotivas: identidade e diferença. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 11, n. 2, p. 285-293, 2006.

SANTOS, V. O. e GHAZZI, M. S. A Transmissão psíquica geracional. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 32, n. 3, p. 632-647, 2012.

MORELLI, A. B.; SCORSOLINI-COMIN, F. e SANTEIRO, T. V. O “lugar” do filho adotivo na dinâmica parental: revisão integrativa de literatura. Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, v. 27, n.1, p.175-194, 2015.

OS FILHOS E AS FILHAS DO ESTADO: NARRATIVAS SOBRE O ACOMPANHAMENTO ESCOLAR DE CRIANÇAS EM INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO DE MOSSORÓ/RN

Anna Karine Gurgel de Castro Alves

Grupo de apoio à Adoção Afeto de Mossoró/RN
e mestre em Ciências Sociais – UERN/RN

Orientador: Prof. Dr. André Victor Cavalcanti Seal da Cunha (PPGCISH/UERN)

Introdução: Este trabalho se propõe a compreender as representações presentes nas narrativas sobre a educação escolar das crianças e adolescentes em acolhimento institucional na cidade de Mossoró-RN. Sendo assim, os sujeitos da pesquisa são os atores componentes da relação estabelecida entre as instituições protetivas, a escola, pais e mães por via da Adoção e os próprios infantes.

Objetivo: O objetivo do estudo foi entender, a partir das narrativas, as representações acerca da garantia do direito à educação na tríade acolhimento-criança-escola, durante o período provisório de acolhimento.

Procedimentos metodológicos: Desenvolvemos uma pesquisa situando cada um desses atores e sua participação na garantia do direito à educação dessas crianças e adolescentes para, a partir das suas narrativas de vida, versar sobre o acompanhamento escolar antes e depois da Adoção. A análise partiu da coleta das narrativas dos sujeitos, tendo como instrumento de coleta de dados entrevistas na modalidade semiestruturadas. O critério para seleção dos participantes foi a proximidade com as famílias e a necessidade de ouvir as instituições envolvidas. Em se tratando dos equipamentos responsáveis pela garantia do direito à escola nesse período excepcional, foram sujeitos de nossa pesquisa profissionais envolvidos no cotidiano das crianças residentes nesse ambiente, tanto da instituição de acolhimento como da escola em que frequentam as crianças e adolescentes acolhidas.

Resultados e discussão: Levando em conta os depoimentos dos profissionais das casas de acolhimento, observamos alguns atravessamentos interpostos ao processo pedagógico das crianças e adolescentes, tais como a demanda de muitas para cuidar, tendo que atender cuidados básicos como até os estudos. Quanto à profissional da escola vimos em sua representação um esforço em contemplar equidade entre todos os alunos (sejam eles acolhidos ou não), entretanto ponderamos em nossas análises sobre a necessidade de aprofundamento por parte dessas instituições aqui citadas das necessidades do público de nossa pesquisa. Por fim, considerando as reflexões demonstradas pelas famílias (tantos pais como as próprias crianças) cremos ser premente o debate sobre novas possibilidades para o processo educacional das crianças e adolescentes que vivem sob a guarda do Estado. Para estes, muitas fragilidades ocorrem, amparadas em representações desses meninos e meninas baseadas em mitos e preconceitos, que os veem como “coitados” ou ainda “complicados”. Por diversas vezes eles não têm, durante seu período de medida excepcional, um acompanhamento escolar devido.

Considerações finais: Percebemos que uma melhor intercessão e aprimoramento de projetos entre os responsáveis por atender essa frente amenizam os desafios das instituições de acolhimento, das escolas, das famílias formadas por via da Adoção.

Palavras-chave: narrativa de vida; instituições de acolhimento; educação escolar.

Referências:

AMARAL, Sasha Alves. Pais e filhos... e Estado: análise constitucional dos fundamentos e limites da intervenção estatal no direito à convivência familiar. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-graduação em Direito. Natal: UFRN, 2016.

ARIES, P. História social da família e da criança. 2 ed., Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL. Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. 2. ed. Brasília: UNESCO; Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Nacional de Assistência Social, 2009b. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf. Acesso em: 25 abril 2024.

GOODSON, Ivor. Currículo, Narrativa Social e Futuro Social. 1 ed. Campinas: Unicamp, 2019. RIZZINI, Irene (coord.). Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária do Brasil. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNICEF; CIESPI; Rio de Janeiro, RJ: PUC-RIO, 2006.

“A ADOÇÃO DO MENINO QUE NÃO É DE GREEN GABLES”

José Gustavo Câmara Marques

Grupo de apoio à Adoção AFETO, Mossoró/RN

Ana Laura Câmara Marques

UniCatólica/RN

Grupo de apoio à Adoção AFETO, Mossoró/RN

Introdução: Hoje já encontramos algumas obras de ficção nas quais a Adoção é retratada, sem necessariamente romantizar ou estigmatizar o processo adotivo, abrindo espaço para discussões e construção de conhecimento sobre o mundo de vivências dos sujeitos envolvidos no meio adotivo.

Objetivos: Acreditando ser a experiência um ponto de partida para a aprendizagem, buscou-se através do relato de experiência e da contextualização com a obra literária de “Anne de Green Gables” (Lucy Maud Montgomery) a discussão acerca da Adoção. O relato de experiência, descrevendo vivências que contribuíram para a discussão.

Resultados e discussão: O livro nos conta a história da jovem Anne, que se tornou órfã muito cedo, tendo passado sua infância de casa em casa, morando com várias famílias diferentes, até parar num orfanato de onde foi encaminhada para Adoção. No nosso relato de vida é conhecida essa experiência de viver em várias famílias, até o momento do acolhimento institucional e, seguindo, a adoção. Anne nos mostra que a partir dos livros e da imaginação consegue superar seus dramas e pesares. “Quando pego um livro e começo a ler não vejo o mundo em minha volta. Fazendo assim não ligo para quem fala mal de mim. Na leitura descobri um mundo só para mim onde ninguém mexe comigo e depois de uma boa leitura simpatizo as pessoas ao meu redor” (sic). Apesar da beleza da obra, Anne também relata as dificuldades e preconceitos vivenciados nos momentos do pós-Adoção, nos quais ela é maltratada e ridicularizada por seus colegas por ser órfã e adotada, o que causa um constante e duradouro sentimento de rejeição e não-pertencimento na menina. O nosso início de adaptação também não foi fácil, acontecendo momentos de sentimento de rejeição, em um deles foi “zombado, criticado, excluído de brincadeiras, mas não aguentei e tentei explicar o sentido da Adoção de crianças e jovens, mas não deram a mínima, então como não aguentei, fui obrigado a pedir aos meus pais para mudar eu de sala. Na outra sala me entenderam bem e tive muitos amigos” (sic). Contudo, Anne se mostra um tanto ambiciosa e quer ter um futuro no qual ela possa se sustentar e como uma meta de vida, fazer algo grandioso, pelo qual ela será lembrada. E, do mesmo modo que Anne, “também já passei por diversas aventuras e até que ganhei uma família e pretendo trazer muitas alegrias para meus pais e, se der certo, realizar alguns sonhos deles, pois minha vida de sofrimentos já se foi e agora é a de alegrias” (sic).

Considerações finais: Através da leitura da obra e da experiência vivida percebe-se que muitas vezes as pessoas podem ter pensamentos preconceituosos, por não entenderem o que é Adoção de crianças e adolescentes. Esperamos que esse trabalho possa proporcionar que as pessoas busquem entender mais e melhor sobre a Adoção, assim como indicamos a leitura de “Anne” para aqueles que estão ou irão iniciar o processo adotivo para auxiliar a entender o significado da adoção nas suas vidas e acreditarem na possibilidade de terem uma família.

Palavras-chave: Adoção; Anne de Green Gables; Relato.

PREPARANDO O CAMINHO: A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA NO CURSO PREPARATÓRIO PARA PRETENDENTES À ADOÇÃO

Ismael Victor Araújo de Oliveira

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, Caicó/RN

Ilana Jozi Pereira Dutra

Faculdade Caicoense Santa Teresinha, Caicó/RN

Rita de Cássia Dantas de Oliveira

Faculdade Caicoense Santa Teresinha, Caicó/RN

Introdução: A Adoção é um processo complexo e emocional que exige dos pretendentes uma preparação cuidadosa, dedicação e uma compreensão profunda das necessidades das crianças e adolescentes, visando criar um ambiente amoroso e acolhedor. A psicologia, com sua capacidade de equipar candidatos a pais com conhecimentos e habilidades essenciais, desempenha um papel crucial nesse processo. Este estudo destaca a relevância da psicologia em um curso preparatório para pretendentes à Adoção, realizado remotamente nos dias 16 e 17 de abril de 2024 pela 1ª Vara da Comarca de Caicó, no Estado do Rio Grande do Norte, enfatizando sua função indispensável no processo de Adoção.

Objetivos: Preparar os candidatos para enfrentar os desafios emocionais e psicológicos da Adoção, promovendo uma compreensão profunda e eficaz das complexidades dessa experiência. Estimular uma reflexão abrangente sobre os aspectos emocionais da Adoção, capacitando os participantes para lidar conscientemente com diversas situações durante e após o processo. Ampliar o conhecimento dos candidatos sobre adoção tardia e grupos de irmãos, incentivando uma reflexão crítica sobre sua inclusão no cadastro de Adoção.

Procedimentos metodológicos: A abordagem metodológica foi expositiva e dialogada, privilegiando a apresentação de casos reais e a facilitação de discussões abertas. Uma dinâmica inicial foi empregada, envolvendo a utilização de objetos simbólicos que representavam a Adoção para cada participante, visando estabelecer uma conexão emocional imediata e estimular a reflexão pessoal sobre o tema. Essa estratégia permitiu aos participantes visualizar situações práticas e explorar diversas perspectivas relacionadas à Adoção. O curso foi conduzido de forma remota, utilizando uma plataforma digital para garantir o acesso e a participação dos envolvidos. Para avaliar o impacto do curso, foi utilizado um formulário elaborado no Google Forms, que recebeu um total de 19 respostas dos participantes.

Resultados e discussão: Os resultados obtidos revelaram uma recepção positiva em relação ao curso, destacando-se o aumento da conscientização e do interesse em relação à Adoção. Dentre os participantes, 16 expressaram concordância plena com a abordagem dos aspectos psicológicos da Adoção no curso. Os comentários dos participantes enfatizaram como o curso ampliou suas perspectivas sobre o perfil e a faixa etária das crianças adotáveis, além de reforçar a ideia de que "o amor por um filho adotivo não conhece limites" e "o aspecto inspirador do curso aumentou ainda mais o desejo de ser pai, especialmente através dos depoimentos tocantes compartilhados". Esses resultados sugerem que o curso teve um impacto significativo na preparação psicológica dos candidatos, incentivando-os não apenas a prosseguir com seus planos de adoção, mas também a considerar aspectos importantes, como a Adoção tardia, de forma mais informada e consciente.

Considerações finais: A relevância dos cursos preparatórios como ferramentas indispensáveis no processo de Adoção foi evidenciada. Eles são essenciais não só para prover informações, mas também para equipar os futuros pais com a resiliência emocional e a compreensão necessárias para enfrentar os desafios da Adoção. Foi enfatizada a necessidade de expandir a duração e a frequência da formação, garantindo um suporte contínuo e eficaz aos candidatos.

Palavras-chave: Adoção, Preparação, Psicologia.

“FELIZ ANIVERSÁRIO”: UMA COMBINAÇÃO DE CORES, MEMÓRIAS E AFETO PARA ALÉM DA ADOÇÃO

Diana Santos de Melo

Grupo de Apoio à Adoção Acalanto Sergipe, Aracaju/ SE

Erika Fernandes

Grupo de Apoio à Adoção Acalanto Sergipe, Aracaju/ SE

Mônica Alves Rolemberg Mendonça

Grupo de Apoio à Adoção Acalanto Sergipe, Aracaju/ SE

Linha de ação das boas práticas: Estratégias de sustentabilidade dos Grupos de Apoio à Adoção e fortalecimento de parcerias.

Objetivos: O Grupo de Apoio à Adoção Acalanto Sergipe por meio do Projeto “Feliz Aniversário” visa proporcionar a todas crianças e adolescentes residentes nas instituições de acolhimento de Sergipe criação de memórias afetivas que ultrapassam a sua relação com a Adoção. Assim, diante da multiplicidade de emoções e vivências dolorosas que acompanham essas crianças e adolescentes até às instituições, o projeto objetiva criar uma experiência feliz e favorecer o desenvolvimento de competências socioemocionais importantes para o convívio em sociedade. Ademais, busca-se fortalecer e ampliar parcerias que permitem a manutenção do projeto.

Metodologia das boas práticas: As ações com o “Feliz Aniversário” surgiram, em 2017, a partir da iniciativa de uma voluntária que realizava a comemoração dos aniversários das crianças e adolescentes residentes em uma instituição de acolhimento em Aracaju. Hoje há 16 voluntários envolvidos e, desde 2022, foram alcançadas todas as 283 crianças e adolescentes das 38 instituições de Sergipe. As atividades do projeto são remotas, a saber: por meio de campanhas em redes sociais, captação de padrinhos que doam bolos temáticos, obtenção junto à coordenação de cada instituição das informações relativas aos nomes, datas de nascimento, idades e temas escolhidos pelos aniversariantes, contratação de confeitadeiras e compartilhamento de fotos (com ocultação do rosto dos infantes) das festas de aniversário com os respectivos padrinhos/madrinhas.

Impactos da implantação das Boas Práticas: Dentre as conquistas, desafios e transformações experienciadas, ressaltam-se o estreitamento dos laços do Acalanto com a equipe técnica das unidades de acolhimento, de forma que, não raro, o GAA é chamado para auxiliar na solução de outras questões referentes à difícil realidade a que estão submetidas crianças e adolescentes em acolhimento. Ainda que não haja quaisquer contatos entre padrinhos e afilhados, todos envolvidos são impactados positivamente. É rotineiro, ao enviarmos as fotos das festas aos padrinhos, falas amorosas como: “Essa foto alegrou o meu domingo”, “Fico muito feliz”, “Que legal, muito bom saber que ela está se sentindo amada”. Quanto aos aniversariantes: “Não sou merecedora de tanto” disse uma adolescente que comemorou seu aniversário de 15 anos com vestido e bolo de debutante. Ela, que foi afastada da família por ter sido abusada sexualmente pelo pai, estava, até então, apresentando sinais de automutilação; “Já tinha chorado de tristeza, nunca de alegria”, falou uma criança emocionada ao ver seu bolo de aniversário. Trata-se de uma desafiante e emocionante ação vivenciada também pelos voluntários, que vibram com cada bolo/registro “Emocionei!”, “Lindo!”.

Avaliação dos impactos: Alguns de nossos acolhidos têm essas memórias afetivas materializadas em um álbum personalizado feito por voluntários de outro projeto do Acalanto, o “Registrando Memórias”. Assim, a comemoração não se encerra com o fim da festa e o “Feliz Aniversário”. É eternizado numa colorida memória.

Palavras-chave: Acolhimento; Aniversário; Memória.

PARCERIA COM AS UNIVERSIDADES, NO CURSO DE PSICOLOGIA, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS PSICOLÓGICAS DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E CUIDADORES DAS CASAS DE ACOLHIMENTO PARA ADOÇÃO – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Mona Lisa de Sá Leitão de Sousa Freitas

Projeto Acalanto Natal/RN

Introdução: O Projeto Acalanto Universitário surgiu com o intuito de agregar valor ao Departamento de Psicologia do Projeto Acalanto, no sentido de atender às solicitações das casas de acolhimento em dar suporte psicológico às crianças e adolescentes acolhidos que, por suas condições advindas de situações de vulnerabilidade como abandono, violência física e psicológica, abuso sexual, dentre outras, necessitam de uma assistência voltada para as questões emocionais, muitas vezes negligenciadas.

Objetivos: Em função do número reduzido de voluntários psicólogos para suprir a demanda existente nas instituições de acolhimento, surgiu a ideia de se firmar parceria com algumas Universidades, propondo um novo campo de atuação de estágio para alunos do 9º e 10º períodos do curso de psicologia, momento em que eles entram em contato com a prática da psicoterapia como estágio obrigatório.

Procedimentos Metodológicos: Formamos voluntários/estagiários, através de um encontro on line, na plataforma Zoom, levando para eles as principais informações sobre as leis que regem o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as parcerias e envolvimento dos órgãos do Judiciário nessa atuação específica, além da visão da psicologia nesse campo e as possibilidades de atuação dos alunos, por meio de estudo de casos que os aproximem da realidade a ser experienciada.

Resultados e Discussão: Vimos a necessidade de ampliar os atendimentos para os cuidadores, o qual denominamos: “Cuidando de quem cuida”, na expectativa de dar um suporte emocional e psicoeducativo àqueles que estão na linha de frente cuidando e orientando esses jovens e que, muitas vezes, não se sentem preparados para lidar com todas as situações. Foi então criada uma preceptoria no Acalanto, tendo como responsável uma profissional psicóloga, encarregada de supervisionar os estagiários/voluntários, que ficava em contato direto com a Universidade e os professores responsáveis pela supervisão do estágio obrigatório da instituição. Dessa forma, juntos com o setor de psicologia das instituições de acolhimento, pudemos levar atendimento semanal em psicoterapia aos acolhidos e seus cuidadores, destinando duas salas da sede do Acalanto para esse fim, como também proporcionar outras experiências nos demais projetos do Acalanto, onde eles puderam realizar atividades de psicoeducação nas casas de acolhimento, levando assuntos pertinentes às demandas deles; participar do papo em família, elaborando e executando o evento; atuar nos grupos de pós-Adoção, onde acompanhavam as crianças e os adolescentes.

Considerações Finais: Como resultado desse projeto, pudemos atender toda a demanda vinda das casas de acolhimento, durante o ano de 2023, realizando um atendimento acolhedor, proporcionando aos assistidos um espaço de fala e elaboração de suas questões internas, bem como, levando uma vivência de experiência para dentro dos espaços acadêmicos, nunca realizado dentro da temática Adoção e seus entornos. Portanto, entendemos o quão relevante foi levar esse tema para ser visto com um olhar ampliado e necessário dentro do fazer da psicologia, no intuito de fomentar, para além da prática da psicologia, a necessidade de produzir conteúdo científico gerador de novas práticas e soluções eficazes que possam agregar valor aos fazeres profissionais e enquanto sociedade, imbuída de levar às populações em vulnerabilidade uma oportunidade a mais, para além da incipiente assistência governamental.

Palavras-Chave: Adoção, Psicologia, Psicoterapia

ADOÇÃO E CIDADANIA NA ESCOLA

Priscila Andrade de Oliveira Barcellos

Comissão Estadual Judiciária de Adoção – CEJA/TJPE-Recife/PE

Stéphanie Maximiano de Azevedo

Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco-Recife/PE

Eneri Saldanha Coutinho de Albuquerque

Associação Pró-Adoção e Convivência Familiar Gead Recife/PE

e Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção

Suzana Sofia Moeller Schettini

Associação Pró-Adoção e Convivência Familiar Gead Recife/PE

e Associação Pernambucana de Grupos de Apoio à Adoção

Charles Ricardo Leite da Silva

Associação Pró-Adoção e Convivência Familiar Gead Recife/PE

e Associação Pernambucana de Grupos de Apoio à Adoção

Linha de ação das boas práticas: Estratégias de sustentabilidade dos Grupos de Apoio à Adoção e fortalecimento de parcerias.

Introdução: Este trabalho é resultado de um Convênio de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), por meio da Comissão Judiciária de Adoção (CEJA), a Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco (SEE) e a Associação Pró-Adoção e Convivência Familiar Gead Recife, desde 2011. O presente projeto contempla duas linhas de ação: Estratégias de sustentabilidade dos GAAs e Fortalecimento de parcerias e o trabalho do GAA em parceria com uma instituição.

Objetivos: discutir sobre o direito às convivências familiar e comunitária da criança e do adolescente, nas perspectivas psicossocial, pedagógica e jurídica; refletir sobre a família como construção cultural e afetiva e realizar uma formação em atitude adotiva para melhorar a qualidade dos relacionamentos interpessoais, consigo mesmo e com o meio ambiente.

Metodologia das boas práticas: antes da pandemia, as ações eram implementadas nas escolas do Recife e na Região Metropolitana, depois, com a modalidade remota, contemplou-se todo o estado de Pernambuco. Além desta mudança, houve a elaboração e implementação de projetos de boas práticas de Atitude Adotiva nas escolas participantes das oficinas, como forma de avaliar a aprendizagem deste conceito. As ações do projeto Adoção e Cidadania na Escola foram realizadas em três etapas. A primeira constou de uma oficina (online) para sensibilizar e envolver técnicos em Direitos Humanos de Gerências Regionais de Educação de Pernambuco, gestores, coordenadores, professores e estudantes do Ensino Médio de escolas públicas, para trabalhar o conceito e os fundamentos da Atitude Adotiva e suas implicações nos espaços de convivências familiar, comunitária e educacional, por meio de dinâmicas didáticas e sistematização do conteúdo (GEAD Recife). Também foram apresentados conhecimentos jurídicos relacionados ao direito às convivências familiar e comunitária e projetos desenvolvidos pela CEJA/TJPE. Na segunda, houve orientações (online) de como elaborar e aplicar projetos de Atitudes Adotivas no espaço escolar. Nestes projetos, as escolas desenvolveram diversas atividades, tais como: palestras, Rodas de Conversa, dinâmicas de grupo, games, entrevistas, articulações com parceiros que contribuíam com as ações dos projetos, entre outras. A terceira etapa, representou a culminância dos projetos de boas práticas de Atitude Adotiva, implementados nas escolas. Nesta, as ações dos projetos foram apresentadas (online) a todas as escolas com o objetivo de compartilhar estas ações, socializar seus resultados e oportunizar replicações.

Avaliação dos impactos: Durante seis meses, projetos foram realizados e acompanhados (online) os resultados de suas ações. Projetos intitulados Horta comunitária inclusiva; Arte por toda parte; A voz que vem de dentro; Tô precisando de denço: Adoção e cidadania; Mãos que cantam; Adote um sentimento e cultive atitudes: eu escuto você...; Minha escola limpa; Liberte uma Voz Negra: importância de se estudar as obras negras; Valorização da pessoa idosa na EJA: rugas, traços e experiência, foram alguns dos projetos elaborados e implementados pelas escolas. Foram observados impactos positivos, representados pelos comportamentos da comunidade escolar: maior engajamento dos estudantes nas atividades, melhor qualidade dos relacionamentos interpessoais, respeito pelo idoso e pela diversidade, fortalecimento da autoestima e do protagonismo juvenil, assim como o avanço com os cuidados com o meio ambiente escolar.

Palavras-chave: Atitude adotiva, convivência familiar, convivência comunitária.

ENCONTRO ESTADUAL DE ADOÇÃO

Maria de Fátima do Monte Moreira Malta

Grupo de Apoio à Adoção de Alagoas - GAAAL, Maceió/AL

Elisângela Ferreira da Silva

Tribunal de Justiça de Alagoas, Maceió/AL

Linha de ação das boas práticas: Estratégias de sustentabilidade dos Grupos de Apoio à Adoção e fortalecimento de parcerias.

Objetivos: Difundir e fomentar a cultura a Adoção legal, para garantir a crianças e adolescentes o direito à convivência familiar, desmistificando preconceitos em relação às Adoções e diferentes configurações familiares possíveis.

Metodologia das boas práticas: A atividade foi desenvolvida por meio da participação no Encontro Estadual de Adoção em Alagoas, o qual é realizado em um shopping de grande circulação da capital. O encontro é organizado pelo Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ-AL), em parceria com o Grupo de Apoio à Adoção de Alagoas (GAAAL). No evento ocorrem atividades que possibilitam aproximar o público com temas recorrentes sobre Adoção, apadrinhamento e entrega voluntária. Diante disso, são desenvolvidas palestras, bate-papo com quem já adotou, rodas de conversas, exposição fotográfica, exibição de vídeos, distribuição de folders e plantão com a equipe técnica do TJAL e GAAAL, que abordam estas temáticas. No local também ocorre a capacitação de equipes multidisciplinares do Tribunal de Justiça, para que estas estejam cada vez mais apropriadas sobre o tema, com bate-papos e trocas de experiências. Além dessas atividades, ocorre ainda o curso preparatório para postulantes à Adoção, no qual os participantes são convidados a participar, também, dos momentos de bate-papo e dos encontros do GAAAL, a fim de ouvirem e aprenderem com as vivências de quem já adotou.

Impactos da implantação das Boas Práticas: Graças ao evento, a temática da Adoção é difundida na sociedade alagoanas, desmistificando preconceitos em relação às configurações familiares existentes no Brasil (família natural, substituta, heteroafetiva, homoafetiva, monoparental), bem como acerca dos perfis de crianças e adolescentes aptos à Adoção (grupos de irmãos, adolescentes, pessoas com deficiência, neurotípicos, e outros); além de contribuir para a capacitação não só das equipes multidisciplinares dos serviços de acolhimento e do Judiciário, mas também dos diversos atores que compõem o Sistema de Garantia de Direitos - SGD. Levar o tema da Adoção para além dos muros do Judiciário, das rodas do grupo de apoio, ou das casas daqueles que adotam ou tem interesse em adotar. O Encontro está em sua quarta edição no formato de evento amplo no shopping e tem gerado um impacto extremamente positivo trazendo visibilidade e fortalecimento às ações do GAAAL, bem como das equipes do tribunal de justiça que atuam com a garantia do direito à convivência familiar e comunitária.

Avaliação dos impactos: Os impactos são percebidos pelas equipes e pelos participantes a par-tir da ampliação do número de pessoas atuantes no GAAAL, de pedidos de habilitação, aumento de inscrições no programa de apadrinhamento, de alcance das mídias e manifestações de interesse por Adoções não convencionais (tardia, grupos de irmãos, crianças com deficiência), fruto da visibilidade do projeto Adoções Possíveis.

Palavras-chave: Adoção, visibilidade, configurações familiares.

NASCIDOS DO CORAÇÃO: BOAS PRÁTICAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA

Tereza Pereira do Carmo

Universidade Federal da Bahia e NASCOR – Salvador – BA

Linha de ação de boas práticas: Trabalho do GAA em parceria com a instituição de ensino superior (UFBA).

Objetivos: A parceria Nascor e UFBA tem fortalecido as famílias por Adoção a enfrentar os desafios relacionados à discriminação, estereótipos e preconceitos relativos à Adoção. A proposta deste trabalho é analisar a experiência de Adoção da Nascor - Grupo de Apoio à Adoção Nascidos do Coração no campus da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Esta experiência destaca as práticas positivas e os desafios enfrentados por famílias envolvidas nesse contexto, tendo o espaço da Universidade como ponto de encontro e empoderamento. A Adoção em Salvador é uma realidade complexa, que envolve questões de identidade, cultura e pertencimento.

Metodologia das boas práticas: A ação ocorre a partir de rodas de conversa no formato presencial e remoto com a participação de palestrantes voluntários entre comunidade externa, professores e alunos da UFBA, atingindo, dessa forma, o maior número possível de pessoas para além de Salvador. As rodas de conversa são um espaço seguro para o aprofundamento das questões relativas à Adoção, assim como para a reunião de famílias para troca de experiências e informações, compartilhando, dessa forma, suas dificuldades, alegrias e crescendo em conjunto. Dentre os objetivos, temos o encontro entre crianças e adolescentes que vivem a mesma experiência de estar em sua nova família, a promoção da inclusão e o bem-estar das famílias oferecendo suporte emocional, orientação prática. Também o combate à discriminação, os estereótipos e os preconceitos relacionados à Adoção, sensibilizando a comunidade universitária e promovendo uma cultura de respeito e aceitação da diversidade. Ainda, facilitar a integração e adaptação das famílias formadas pela Adoção ao novo contexto familiar e cultural, fornecendo recursos e ferramentas para lidar com os desafios específicos que enfrentam E o empoderamento dos estudantes universitários para que se tornem agentes de mudança e aliados, contribuindo para a construção de um ambiente mais acolhedor e inclusivo para além da comunidade universitária. A abordagem metodológica é multidisciplinar envolvendo profissionais e estudantes de diferentes cursos da Universidade e outros membros da comunidade externa que ajudam a ampliar o impacto na conscientização pública sobre a relevância de sociedade com atitude adotiva.

Impactos da implementação das Boas Práticas: Entre os resultados esperados, destacamos redução do número de devoluções, maior reflexão sobre o direito à convivência familiar de crianças e adolescentes, apoio e fortalecimento das famílias, promovendo relações saudáveis entre pais e filhos, aumento do número de pessoas dispostas a considerar a Adoção como uma opção de construção familiar.

Avaliação dos impactos: A expectativa a longo prazo é que a atividade possa contribuir para a melhoria das políticas públicas relacionadas à Adoção e ao apoio às famílias, bem como para a inserção de práticas mais inclusivas e centradas na criança e adolescente.

Palavras-chave: Integração; Grupo de apoio a adoção; Nascor; UFBA

OS DESAFIOS DO PROCESSO DE ADOÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ana Cristina Medeiros

Acalanto Natal / RN

Marcelo Bezerra

Acalanto Natal/ RN

Sara Ferreira Santos

Acalanto Natal/ RN

Linha de ação de boas práticas: Trabalho do Grupo de Apoio à Adoção em parceria com a instituição de ensino superior(Uninassau/RN).

Objetivo: Esse estudo teve como objetivo compreender os desafios do processo de Adoção e as repercussões emocionais que ocorrem nos jovens devolvidos. Entender os sentimentos que foram aflorados pela devolutiva e o sofrimento de não ser amado. Descreveras experiências dos pesquisadores em uma Organização não Governamental (ONG) denominada Projeto Acalanto Natal, cuja finalidade é auxiliar na Adoção de crianças/adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Metodologia das boas práticas: O relato apresenta vivências dos pesquisadores dentro da instituição e as atividades que nela desempenham, buscando entender os sentimentos, emoções e expectativas. Devido ao processo da Adoção, esses sentimentos muitas vezes causa uma grande expectativa em relação ao adotado. Realizaram atendimentos psicológicos individuais aos adolescentes; colaboraram com o grupo terapêutico que reúne pais com seus filhos, denominado grupo pós-Adoção, com encontros mensais, e participaram de um projeto de extensão que capacita os adolescentes, prestes a completar 18 anos, a saírem do acolhimento e buscar sua autonomia. Os pesquisadores observaram o medo por trás da demora em encontrar uma família e terem que ficar sozinhos após a maioridade. Percebeu-se que os adolescentes acolhidos são alvo de atenção especial devido à condição de abandono e rejeição. Apresentam sentimentos de angústia e tristeza diante das tentativas de adoção malsucedidas. Sugere-se que estudos sejam desenvolvidos sobre essa temática, ante a falta de literatura disponível, tendo em vista que esse é um tema de grande relevância acadêmica e social. No trabalho, pudemos fazer um relato de experiência durante o tempo de duração do estágio, em diversas formas. Após, os acadêmicos refletiram sobre a complexidade dos relacionamentos, a dificuldade de construir laços, a confiança e a amizade.

Impactos da Implantação das boas práticas: Partindo dessa vivência, os pesquisadores amadureceram e aprenderam a lidar melhor com suas próprias emoções, uma vez que isso é importante para sua prática profissional. Como resultado desse projeto, pôde-se ver a demanda vinda do acolhimento, durante o ano de 2023, realizando um atendimento acolhedor, proporcionando aos assistidos um espaço de fala e elaboração de questões internas, levando uma vivência de experiência para dentro da faculdade, nunca realizado dentro da temática adoção.

Avaliação dos impactos: Portanto, entendemos o quão relevante foi levar o tema para ser visto com um olhar ampliado e necessário dentro do fazer psicológico, no intuito de fomentar, para além da prática, a necessidade de produzir conteúdo gerador de novas práticas e soluções que agreguem valor aos fazeres profissionais e enquanto sociedade, imbuída de levar às populações em situação de vulnerabilidade uma oportunidade a mais, além da incipiente assistência governamental. Além disso, os pesquisadores foram influenciados pela demanda, gerando assim seres humanos capazes de fomentar cada vez mais a cultura da Adoção.

Palavras-chave: Convivência; Devolução; Psicologia.

Referencias:

ACALANTO. Projeto acalanto Natal, [s.d.]. Página inicial. Disponível <https://projetoacalantonatal.com.br/>

Borges, C. A. P., & Scorsolini – Comin, F., (2020). As adoções necessárias no Contexto Brasileiro: Características, desafios e visibilidade. Psico-USF, 25(2), 307 – 320. <https://doi.org/10.1590/1413-82712020250209>

PADRINHOS AFETIVOS: AMOR LEGAL, SEGURO E PARA SEMPRE

Yasmim Mesquita Ferreira

Grupo de apoio à Adoção Afeto, Mossoró/RN

Idete Pereira de Souza Magno

Grupo de apoio à Adoção Afeto, Mossoró/RN

Ana Laura Câmara Marques

Grupo de apoio à Adoção Afeto, Mossoró/RN

Introdução: O Projeto Padrinhos busca proporcionar às crianças em instituições de acolhimento, sem perspectivas de reintegração familiar e com baixas chances de Adoção, a construção de laços de afeto, amizade e respeito, através do apoio afetivo da sociedade civil. São desenvolvidas três modalidades: apoio afetivo (padrinhos afetivos), profissional (padrinhos profissionais) e material (padrinhos provedores). Em Mossoró, a primeira capacitação ocorreu em 22/08/23, mas vem sendo planejado e idealizado há alguns anos pelo Grupo Afeto de Apoio à Adoção e pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN). O objeto deste trabalho é a experiência das extensionistas do projeto de Extensão Apadrinhando, que é desenvolvido pelo curso de Psicologia da UniCatólica do Rio Grande do Norte vinculado ao Projeto Padrinhos, sendo relatadas em especial as capacitações relacionadas aos padrinhos afetivos, que são objeto maior da ciência psicológica neste caso.

Objetivos: Relatar a experiência acadêmica na capacitação de padrinhos afetivos e a contribuição do apadrinhamento afetivo na vida das crianças/adolescentes que participam do projeto, bem como dos discentes envolvidos.

Procedimentos metodológicos: A análise se dividiu em dois procedimentos acadêmicos: “Projeto Padrinhos: uma discussão teórica” e “Padrinhos afetivos: as contribuições da rede de apoio”.

Resultados e discussão: Pelos relatos e pela observação dos padrinhos afetivos, o projeto se mostrou bem-sucedido, atendendo ao que foi inicialmente proposto, ou seja, a formação de uma rede de apoio contínua, não só para as crianças em instituições de acolhimento, mas também para os padrinhos que iniciam juntamente com o Grupo Afeto e as crianças e adolescentes uma nova experiência e vivência. A atividade também contribuiu com um novo olhar para a Psicologia e os processos que permeiam esse projeto, pois, mostrou que as contribuições da profissão enquanto ciência e teoria que embasou todas as capacitações feitas com os padrinhos. Foram fundamentais em termos de psicoeducação e apoio emocional as atividades desenvolvidas, possibilitando segurança ao projeto.

Considerações finais: A experiência com o Projeto Padrinhos mostra que nada agrada mais do que um projeto em nome do amor e em prol da sociedade, aquilo que foi feito com amor, não estraçalhou-se, mas ensinou sobre o amor e o saber amar. Por meio da capacitação desses padrinhos, foi possível proporcionar às crianças que estão em relações seguras, figuras de amor e a possibilidade de continuarem escrevendo suas histórias de vida ao lado de pessoas amadas, que acolherão seus sentimentos e respeitarão seus limites e direitos. Concluímos que a experiência permitiu um olhar aprofundado para a Psicologia e os diversos movimentos que permeiam o projeto padrinhos e os seus benefícios aos acolhidos.

Palavras-chave: apadrinhamento; Psicologia; Psicologia Social.

Referências:

GRUPO AFETO DE APOIO À ADOÇÃO DE MOSSORÓ-RN. Cartilha Projeto Padrinhos, 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/grupoafetomossoro/>. Acesso em: 28 abr. 2024.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Corregedoria Geral de Justiça. Provimento nº. 234, de 12 de maio de 2022. Institui o “Programa Padrinhos” no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte. Diário da Justiça Eletrônico, Ano 16 - Edição 3489. GOULART, Juliana Sonego.

Maria Socorro da Silva Bezerra

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Porto Velho/RO

Viviani Eberhardt Bertola Oertel

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Porto Velho/RO

Linha de ação das boas práticas: Trabalho do Grupo de Apoio à Adoção com crianças e adolescentes no pós-Adoção.

Objetivos: O trabalho desenvolvido pelo Núcleo Psicossocial da Vara de Proteção à Infância e Juventude da Comarca de Porto Velho/RO (NUPSPROINJU), consiste na elaboração de um álbum com a história de vida da criança ou do adolescente previamente à Adoção. Tem como finalidade garantir que a história de vida da criança ou do adolescente seja contada de forma ressignificada e com detalhes que venham preencher determinadas lacunas que permeiam suas vidas e que culminaram no afastamento da convivência com a família de origem e na inserção em uma família por Adoção, e consequentemente contribuir com a criação de novos vínculos.

Metodologia das boas práticas: O álbum de memórias afetivas reúne fotos da residência onde a criança ou o adolescente conviveu, mesmo que por curto período, os primeiros registros fotográficos na maternidade, certidão de nascimento original, nomes e fotos dos familiares com os quais o profissional (assistente social e/ou psicólogo) pode ter contato, profissionais de referência que passaram em sua vida, como por exemplo os cuidadores da unidade de acolhimento onde esteve acolhido, além de outros registros adquiridos durante o acompanhamento das ações de medida de proteção e destituição do poder familiar. Também são inseridos no álbum os principais detalhes da história de vida que venham agregar positivamente no seu desenvolver-se na nova família. A profissional de referência do caso colhe o registro fotográfico e informações necessárias para confecção do álbum, em seguida os dados são transportados para o Canva e, ao finalizar, o material digital é encaminhado à gráfica do TJ/RO, por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para impressão. As informações cuidadosamente contadas de forma ressignificada e bem conduzida tecnicamente formam um livrinho lúdico que é entregue aos adotantes durante o período de estágio de convivência.

Impactos da Implantação das Boas Práticas: Os registros fotográficos e a cartinha escrita pelo profissional de referência do processo da criança ou do adolescente trazem subsídios acerca da história de vida das pessoas que, por algum motivo, foram afastados da convivência com sua família de origem e se encontram em uma família por Adoção.

Avaliação dos impactos: Os impactos são avaliados pela equipe técnica (assistente social e psicólogo) da Vara de Proteção à Infância e Juventude da Comarca de Porto Velho/RO, durante o acompanhamento das famílias no processo de Adoção.

Palavras-chave: história de vida, Adoção, família

A HISTÓRIA DE ADUKE: A LITERATURA INFANTIL COMO FERRAMENTA DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO ADOTIVO ANTIRRACISTA

Ana Lucia Constantino Cunha

Instituto Doulas de Adoção Brasil, São Paulo/SP

Luana Lacaze de C. Casella

Instituto Doulas de Adoção Brasil, São Paulo/SP

Mayra Aiello C. Oliveira

UNESP – Bauru / SP

Instituto Doulas de Adoção Brasil, São Paulo/SP

Introdução: Estudos apontam a literatura como meio para disseminação de conhecimento, tornando-se ferramenta para imaginação de futuros possíveis. O letramento facilitado pela literatura transcende o domínio da leitura e da escrita, inserindo e posicionando o sujeito na sociedade. A literatura infantil tem papel relevante em anunciar para as crianças “as coisas do mundo”, auxiliando-as na tradução do mesmo. A história de Aduke é inspirada nas “Escrevivências” de Conceição Evaristo, onde a “ficcionalização de memórias” permite a elaboração da “vida que acontece”. Assim nasce a história de Aduke, criança negra de 10 anos, filha adotiva em uma família homoafetiva formada por pessoas brancas. A personagem relata seu cotidiano, apresentando temas que atravessam famílias inter-raciais e adotivas.

Objetivos: Este trabalho objetivou alicerçar a história de Aduke e pensar a literatura infantil como ferramenta para se discutir raça e Adoção com crianças de 6 a 12 anos, provando-se recurso para o letramento racial e adotivo de pretendentes à adoção, incluindo a família extensa.

Procedimentos metodológicos: As inquietações e questionamentos trazidos por cada uma das experiências vividas por Aduke foram discutidas qualitativamente, em sua maior parte, a partir da perspectiva de Grada Kilomba, em sua pesquisa sobre “Episódios de Racismo Cotidiano”. Uma das situações evidenciadas na pesquisa de Grada Kilomba é a de uma mulher negra alemã filha adotiva de pais brancos que frequentemente é violentada e revitimizada no ambiente familiar devido a falta de letramento desses pais. A história de Aduke narra um episódio de racismo sofrido no ambiente escolar. Para lidar com a situação, a menina se posiciona mostrando aos colegas referências positivas sobre a negritude. Fica evidente que o letramento racial das figuras parentais reflete sobre a postura da filha, fortalecendo-a e protegendo-a. O mesmo ocorre em outro trecho, que relata uma situação de preconceito em relação à Adoção no ambiente familiar. Portanto, a literatura para a infância pode ser uma importante aliada para a construção do letramento racial e adotivo das figuras parentais e da família extensa. Foram consultados para este trabalho estudos das áreas da educação, literatura, Adoção e relações raciais, os quais indicam que o livro infantil pode funcionar como facilitador do processo de letramento racial crítico e adotivo.

Considerações finais: A linguagem expressa na literatura para infância é acolhedora, fomenta a representatividade, facilitando a abordagem de temas desafiadores como racismo e preconceitos de forma respeitosa, comunicando-se com crianças e adultos. Pesquisadores das relações raciais afirmam que a branquitude deve se racializar e buscar inserir atitudes antirracistas em seu cotidiano. As figuras parentais brancas em famílias inter-raciais tem o dever ético de fazer escolhas diárias por uma educação decolonial, pautada em uma perspectiva afrocentrada que ressalte a identidade positivada, a potência e o pioneirismo do povo africano e afrodiaspórico, contribuindo para o desenvolvimento saudável da criança negra em suas famílias. A literatura infantil funciona como ferramenta articuladora desse letramento racial e adotivo, especialmente quando se dá através de conversas significativas, em espaços de troca, escuta e reflexão.

Palavras-chave: Adoção inter-racial, letramento racial e adotivo, literatura infantil.

Referências:

BENTO, C. O Pacto da Branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Diagnóstico sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. Brasília: CNJ, 2020. 58 p.: il. color.

CRISTO, I. Adoção por casais homoafetivos e o melhor interesse da criança. Instituto Brasileiro de Direito de Família. 10 jun. 2015.

FANON, F. Pele negra, máscaras brancas. Tradução Sebastião Nascimento e colaboração Raquel Camargo; prefácio Grada Kilomba; posfácio Deivison Faustino; textos complementares Francis Jeanson e Paul Gilroy. São Paulo: Ubu, 2020.

FREIRE, P. A importância do ato de ler em três artigos que se completam. 23ª Ed. São Paulo: Cortez, 1989.
GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. BRASIL. Educação Antirracista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade: Brasília. p. 39-62. 2005.

KILOMBA, G. Memórias da Plantação - Episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Cogobó, 2019.

MOTTA, M. A. P. Mães Abandonadas: a entrega de um filho em adoção. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.
OLIVEIRA, K. de; FERREIRA, A. de J. Literatura Infantil Como Meio Articulador do Letramento Racial Crítico em Sala de Aula. Linguagem em Foco. Fortaleza, v. 11, n.2, p. 33-45, 2019.

PINHEIRO, B. C. S. Como ser um educador antirracista. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

SILVA, E. A. F.; ANDRADE, J. da S. e FONSECA, M. de L.. A Literatura Infantil como ferramenta pedagógica para o desenvolvimento da leitura de crianças em processo de alfabetização. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 09, Vol. 12, pp. 54-68. Setembro de 2018. ISSN:2448-0959.

SILVA, L. A.; MESQUITA, D. P. de e CARVALHO, B. G. E. Investigando o Processo de Adoção no Brasil e o Perfil dos Adotantes. Revista de Ciências Humanas, vol. 44, n. 1, p. 191-204, Florianópolis, abr. 2010.

SODRÉ, M. O Facismo da Cor: uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

SOUZA, L. F. de; ALVES, F. I. B. M. Literatura Infantil: Suas contribuições no Processo de Ensino-Aprendizagem na Fase da Infância. Id on Line Rev. Psic., Dezembro/2023, vol.17, n.69, p. 257-269, ISSN: 1981-1179.

SOUZA, N. S. Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Prefácios de Maria Lúcia da Silva e Jurandir Freire Costa. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

XAVIER, M. da C. Literatura infantil como ferramenta pedagógica. Revista Científica Fesa. Jan/2023, v. 3, n. 1, p. 63-75, ISSN: 2676-0428.

O PERFIL DE PRETENDENTES À ADOÇÃO E SUAS PREFERÊNCIAS NO PERFIL DO ADOTANDO CONSTATADAS NO PÚBLICO DO CURSO PRÉ-NATAL DA ADOÇÃO DA AMPARA NOS ANOS DE 2010

Denise Pereira de Araujo Campos

Assistente social - Associação Mato-Grossense de Pesquisa e Apoio à Adoção – AMPARA, Cuiabá/MT

Lauriellen Cristini Pinheiro Pereira

Estagiária de Serviço Social, Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Cuiabá/MT

Luiza Epifânio Medrado Queiroz

Estagiária de Serviço Social, Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Cuiabá/MT

Introdução: A Associação Mato-Grossense de Pesquisa e Apoio à Adoção – AMPARA em parceria com o Tribunal de Justiça de Mato Grosso – TJMT, desde 2010, é a responsável pelo curso de preparação de pretendentes à Adoção, intitulado Pré-Natal da Adoção, obrigatório para o processo de habilitação nas comarcas de Cuiabá e Várzea Grande (MT). Para o ingresso é necessário o preenchimento da Ficha de Inscrição que contém vários itens relacionados ao perfil da pessoa que pretende adotar, bem como do perfil de quem ela deseja adotar.

Objetivos e Procedimentos metodológicos: Com objetivo de conhecer o perfil do público, fez-se um levantamento dos dados das fichas arquivadas na AMPARA ao longo do período de 2010 a 2019, por meio da tabulação. A princípio, espera-se identificar características do perfil de pretendentes, bem como das suas preferências sobre o perfil da criança ou adolescente pretendido para Adoção. Posteriormente, os dados serão analisados numa perspectiva crítica sendo relacionados com os contextos social, midiático e legislativo que reflete ao mesmo tempo em que impacta a realidade cotidiana da sociedade como um todo.

Resultados e discussão: Para tanto foram extraídos por suas categorias: a) Pretendente: sexo, idade, escolaridade, estado civil, união afetiva, raça/cor, se tem filho(s); b) Adotando: faixa etária, sexo, raça/cor, quadro de saúde. Atendo-se ao levantamento no quesito raça/cor serão utilizadas as fichas do período entre 2010 a 2016 (exceto 2012 por não estarem no arquivo), nas quais constavam a referida informação relativa ao pretendente, totalizando 778. Desta amostra, 52% são pessoas do sexo feminino; a maioria da faixa dos 30 (42%) e dos 40 anos (35%), com ensino superior completo (62%). Declararam-se solteiras 40 pessoas, as demais (738) estavam em fichas preenchidas conjuntamente, formando 355 casais hetero e 14 casais homoafetivos. No quesito raça/cor 260 não informaram, 234 declararam-se pardas; 217 brancas; 62 negras; e, 5 amarelas. Da amostra, no preenchimento da raça/cor do perfil da criança ou adolescente: 22% marcaram que são indiferentes a esta característica, enquanto 8% optaram exclusivamente por pardo, 7% por branco; 1% por negro e 0,5% por amarelo ou por indígena. Fazendo a relação de coincidência da cor declarada pela pessoa com esta mesma cor na característica do perfil do adotando temos 54 para pardas, 35 brancas e 6 negras. Os resultados desta pesquisa oferecem dados valiosos sobre os perfis de pretendentes à Adoção e as características das crianças e adolescentes alvos de suas pretensões.

Considerações finais: Destacando o quesito cor/raça emergem questões do racismo estrutural necessárias ao conhecimento do público da Adoção. Aliás, para além dele. A percepção que a pessoa tem de si e o que projeta a partir de sua preferência no perfil da criança e/ou adolescente está diretamente relacionada à questão racial e tudo que está imbricado nela. Resultados esses que ressaltam a necessidade de propagação de mais conteúdos sobre isso, seja na preparação, nas rodas de conversas, nas faculdades e todos os níveis de unidades educacionais, com vistas a práticas que promovam uma adoção mais inclusiva, equitativa e acolhedora para todas as crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Adoção; Perfil; Cor/raça.

Referências:

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.

ALMEIDA, S.L. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

VAMOS FALAR SOBRE ADOÇÃO? A RELAÇÃO ENTRE ESCOLAS E PARENTALIDADE ADOATIVA

Giselle Howat Rodrigues

Instituto Doulas de Adoção Brasil, São Paulo/SP

Mayra Aiello C. Oliveira

UNESP- Bauru/SP

Instituto Doulas de Adoção Brasil, São Paulo/SP

Carolina Raquel Rabitto de Souza

Instituto Doulas de Adoção Brasil, São Paulo/SP

Luana Lacaze C. Casella

Instituto Doulas de Adoção Brasil, São Paulo/SP

Introdução: Embora a parceria entre escolas e famílias adotivas seja fundamental para o desenvolvimento integral das crianças adotivas, bem como para a promoção de um espaço acolhedor e inclusivo, muitas instituições carecem de preparo para lidar com a diversidade familiar. Refletir sobre práticas escolares que favoreçam a construção de identidade e expressões autênticas das crianças, bem como ações de combate a práticas discriminatórias, são de extrema importância para promovermos uma pedagogia de fato crítica e transformadora, que acolha as crianças e adolescentes e promova seus direitos.

Objetivos: Este trabalho teve como objetivo refletir sobre as práticas escolares na relação com as famílias adotivas, explorando estratégias e possibilidades de atuação da Doula de Adoção na conscientização da comunidade escolar e capacitação das escolas e seus profissionais acerca do tema, para construção de práticas pedagógicas acolhedoras e inclusivas das famílias adotivas.

Procedimentos metodológicos: Realizou-se uma revisão da literatura incluindo livros e artigos sobre adoção, visando trazer reflexões pertinentes à relação entre a escola e a criança/família adotiva, bem como sua relevância na atuação da Doula de Adoção.

Resultados e discussão: A patologização das crianças adotadas é comumente vivenciada nas práticas escolares, contribuindo para a criação de estigmas e condutas escolares discriminatórias, já que as definem por suas supostas "dificuldades", podendo impactar negativamente seu desenvolvimento e desempenho acadêmico. O ambiente escolar, ao invés de proporcionar um espaço de crescimento e laço com o outro e com o saber, pode se tornar uma fonte adicional de conflito e angústia. Ao considerar a adoção através de uma perspectiva biologicista, há o risco de interpretação das dificuldades de aprendizagem ou comportamentais das crianças adotadas como sintomas inerentes a esse processo, podendo resultar em uma visão simplista e limitada do processo de aprendizagem. É fundamental que a escola promova um diálogo aberto sobre Adoção, desconstruindo conceitos limitadores de família e reconhecendo-as baseadas em vínculos afetivos e não laços consanguíneos, desconstruindo conceitos de maternidade/paternidade historicamente construídos e legitimando diferentes estruturas familiares. A formação docente deve incluir aspectos relacionados à parentalidade e Adoção, preparando os professores para criar um ambiente que respeite a diversidade familiar e combata estigmas, trazendo práticas pedagógicas que valorizem os diferentes arranjos familiares e a singularidade de cada aluno. Nesta dinâmica, as Doulas de Adoção podem promover um significativo trabalho na conscientização, oportunizando o acesso a informações seguras, favorecendo diálogos construtivos e ampliando a compreensão sobre as complexidades envolvidas nestas relações.

Considerações finais: Ao cultivar uma cultura de acolhida e respeito pela diversidade de experiências de vida, a escola pode desempenhar um papel crucial na promoção do bem-estar emocional e acadêmico das crianças adotivas, colaborando na promoção de seu desenvolvimento, construção de sua identidade e respeito à sua história e subjetividade. A atuação das Doulas de Adoção como agentes de transformação e promoção de debates sociais significativos, podem contribuir com um lugar ativo na formação e no diálogo com os profissionais da educação, compondo espaços escolares de forma fundamental para a construção de uma base sólida que beneficie tanto as crianças adotadas quanto o sistema educacional em que estão inseridas.

Palavras-chave: adoção, escola, parentalidade.

Referências:

ALLOERO, L.; PAVONE, M.; ROSATI, A. "Adoção e escola." In FREIRE, F. (Org.), Abandono e adoção: Contribuições para uma cultura da adoção. Curitiba: Terra dos Homens, 2001.

CASTRO, L. A trajetória escolar de crianças adotadas: A perspectiva de pais e professores. Tese (mestrado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, SP: 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-21102013-163346/publico/Leticia_Fonseca_Castro_mestrado.pdf

DUTRA, G.; GOMES, V. Adoção tardia e a escola. Professores: O que fazer? Histórias, mitos e inclusão escolar. Campos dos Goytacazes, RJ: Encontrografia Editora, 2022.

HAMAD, N. A criança adotiva e suas famílias. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002.

MORENO, G.; ANTONIO, T. Era uma vez... uma história de adoção: contribuições para a construção de uma cultura adotiva na escola. Educ. Anál., v.6, n.1, p. 120-140. Londrina, 2021.

PEREIRA, A. Infância e aprendizagem: um estudo sobre a patologização no âmbito escolar. Artigo Científico - Programa do Curso de Psicologia do Centro Universitário FG - UniFG. Guanambi/BA, 2021.

VELOSO, L; ZAMORA, M.H.; ROCHA-COUTINHO, M.L. Crianças e adolescentes adotivos: como são vistos pela escola? Arquivos Brasileiros de Psicologia, Rio de Janeiro, 68 (2). p. 5-20, 2016.

WEBER, L. N. D. Aspectos psicológicos da adoção. Curitiba: Juruá, 2001.

ZANETTI, S. A. S.; GOMES, I. C. A fragilização das funções parentais na família contemporânea: determinantes e consequências. Temas em Psicologia, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 491-502, 2011.

PÓS-ADOÇÃO: MAIS DO QUE NUNCA UM APOIO NECESSÁRIO

Luana Lacaze de C. Casella

Instituto Doulas de Adoção Brasil, São Paulo/SP

Mayra Aiello C. Oliveira

UNESP- Bauru / SP

Instituto Doulas de Adoção Brasil, São Paulo/SP

O período pós-adoção é crucial para a adaptação e construção de vínculos afetivos entre a criança ou adolescente adotado e sua nova família. Nessa fase, o apoio emocional desempenha um papel fundamental para enfrentar os desafios e particularidades da parentalidade adotiva. Participar de grupos de apoio à adoção, rodas de conversa e contar com o suporte de uma doula especializada em adoção podem contribuir nesse período que envolve adaptações importantes e mudanças emocionais significativas, equiparáveis ao puerpério, podendo levar os novos pais a um estado de grande vulnerabilidade. As doulas de adoção acompanham as famílias em todas as etapas desse processo, destacando-se a importância do apoio emocional durante o puerpério emocional na adoção, momento no qual é crucial oferecer um suporte que valide, oriente, tranquilize e, principalmente, ouça os pais adotivos.

Objetivos: Este relato de experiência tem como objetivo descrever o acompanhamento de uma família em processo de convivência na adoção, destacando a importância do suporte emocional oferecido por uma doula de adoção.

Metodologia das boas práticas: A experiência descrita neste relato envolveu o acompanhamento de uma família em fase de convivência, composta por um casal heteroafetivo que aguardava há três anos e adotou dois irmãos biológicos, um menino de quatro anos e uma menina de dois anos. A mãe procurou a doula de adoção após dois meses de convivência, expressando falta de instinto materno, insegurança, infelicidade e dúvidas sobre seus sentimentos em relação aos filhos adotivos. Os encontros foram conduzidos de forma online, ocorrendo quinzenalmente ao longo de seis meses. Durante os encontros, a ênfase foi dada à escuta ativa e empática, sem julgamentos, proporcionando um espaço seguro para a mãe expressar suas emoções e desafios da parentalidade adotiva.

Impactos da Implantação das Boas Práticas: Com o suporte da doula de adoção, a mãe passou a sentir-se mais confiante e segura para discutir seus sentimentos complexos em relação à maternidade e à adoção, desconstruindo ideais pré-concebidos e entendendo que o amor e a ligação com os filhos se constroem ao longo do tempo, através das interações e cuidados diários. Ao final do processo de doulagem, a mãe adotiva estava mais segura em sua maternidade, compreendendo que não existe um modelo ideal de parentalidade, mas sim uma jornada real, marcada por ambivalências emocionais. Ela conseguiu expressar seus sentimentos de afeto e reconhecer a construção gradual do amor pelos filhos. Este relato destaca a importância do suporte emocional no período pós-adoção, ressaltando a necessidade de um acompanhamento contínuo para as famílias adotivas durante a jornada de parentalidade.

Avaliação dos impactos: O apoio oferecido pela doula de adoção contribuiu significativamente para a construção de vínculos afetivos sólidos e para a adaptação da mãe adotiva ao seu papel, demonstrando a importância de um suporte personalizado e empático nesse contexto. Com o apoio mais do necessário, foi possível a adoção. Todos se adotaram.

Palavras-chave: pós-adoção; apoio emocional; doula de adoção.

“A CONTA NÃO BATE”. A DIFERENÇA ENTRE PRETENDENTES X CRIANÇAS E ADOLESCENTES (ACOLHIDOS X DESTITUÍDOS)

Guilherme Yanik Serpa Sá

Grupo de Apoio à Adoção Abrace, Parnamirim/RN

Introdução: Quando o tema é Adoção, o discurso é de que “a conta não bate”, pois existem mais pretendentes do que crianças e adolescentes disponíveis para Adoção. Mesmo esses números sendo confirmados pelos dados fornecidos pelo CNJ – Conselho Nacional de Justiça, devemos dar outro foco para realizar uma análise mais completa. Devemos observar a diferença entre crianças e adolescentes acolhidos e aqueles disponíveis à Adoção, trazendo assim uma realidade esquecida pela sociedade. Colocando o holofote apenas em crianças e adolescentes acolhidos, os quais totalizam 33.444 em 16/05/2024, temos que, destes, apenas 4.793 estão disponíveis para Adoção. Ou seja, um número absurdo de 28.651 crianças e adolescentes no limbo, aguardando a conclusão do seu processo de suspensão e/ou destituição do poder familiar para voltar para sua família de origem ou serem inseridas em família adotivas.

Objetivos: Analisar a idade em que crianças e adolescentes são acolhidos e desacolhidos é de suma importância para saber se já ingressam no sistema com idade avançada, por isso a dificuldade em encontrar nova família adotiva, ou se o processo de suspensão/destituição é demorado a ponto de haver o seu envelhecimento em acolhimento, dificultando ou impedindo a sua vida em família.

Procedimentos metodológicos: Para tanto, analisamos a Lei 8.069/90, a qual estabelece prazos e procedimentos a serem adotados em caso de ocorrência de violência contra a criança e o adolescente, bem como observamos as pesquisas realizadas pelo CNJ, especialmente quanto ao tempo de acolhimento enquanto se aguarda a conclusão dos referidos processos, demonstrando assim a realidade observada nos acolhimentos e o que esperar quando uma criança é acolhida.

Resultados e Discussão: Tais dados são de extrema importância, pois cada dia que uma criança ou um adolescente fica longe de sua família, é um dia que não retorna, são oportunidades perdidas. É, em outras palavras, responsabilizar um inocente pelos erros de outros. Um processo de suspensão e/ou destituição do poder familiar mais ágil e eficaz, seja para a reinserção na família biológica/extensa ou a colocação em família substituta, é respeitar a norma constitucional que estabelece a prioridade absoluta da criança e do adolescente, princípio este que por vezes é deixado de lado. Poder trazer a realidade dos fatos é possibilitar traçar estratégias públicas para atender os mais necessitados, dando condições dignas de vidas tanto aos pais e mães, evitando assim a ocorrência de violência contra a criança e adolescente.

Considerações finais: Observar a diferença entre os números de acolhidos e aqueles disponíveis à Adoção é trazer uma outra realidade à Adoção, colocando assim um novo sujeito na equação e dar outra interpretação para fatídica expressão “a conta não bate”, retirando assim a responsabilidade jogada aos pretendentes/adotantes e a colocando em quem de fato pode trazer políticas públicas e diminuir esses números: o Estado.

Palavras-chave: Adoção, Números, Poder Familiar

ERA UMA VEZ... UM GATO CHAMADO PEPPU: EM-CONT(R)OS E ENCANTOS NA ADOÇÃO E NO ACOLHIMENTO

Cleide Vitor Mussini Batista

Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR

Gilmara Lupion Moreno

Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR

Introdução: Este trabalho tem por finalidade dialogar por meio da literatura infantojuvenil sobre os encontros no processo de Adoção e da espera no Acolhimento. Consideramos imprescindível a escuta das crianças acolhidas e adotadas e vimos nas histórias literárias uma das possibilidades para dialogarmos a respeito. Ou seja, quais os afetos e desafetos dos encontros na espera por adoção e no contexto de acolhimento? O que dizem estes sujeitos que esperam por Adoção nas instituições de acolhimento? O que escutamos destes sujeitos? Estas indagações nos fazem refletir acerca desta temática.

Objetivos: Dialogar sobre os encontros no processo de Adoção, ou seja, da criança com seus futuros pais e mães, com sua família extensa, conseqüentemente, com suas histórias pregressas à Adoção. Dialogar sobre os encontros no Acolhimento, isto é, da criança com os educadores, a equipe técnica, com seus pares, com suas histórias de vida. Possibilitar por meio da Psicanálise e da Literatura Infantojuvenil a escuta, o diálogo o entendimento acerca do encontro e da espera por uma família pela via adotiva.

Procedimentos metodológicos: Analisamos na perspectiva da Psicanálise o livro infantojuvenil “Um gato chamado Peppo” que ilustra esses encontros, essas expectativas criadas durante este período de espera por uma Adoção. A obra conta a história de um gato diferente que achava que não seria adotado. Mas ele é especial... E encontra alguém tão especial quanto ele! Encontros estes que permeiam a construção de uma trama familiar, da novela familiar ao sujeito adotado.

Resultados e discussão: A história nos remete a pensar nas expectativas elaboradas pela criança que se encontra em acolhimento na espera pela adoção; na insegurança de talvez não ser “escolhida” por algum motivo; na autoimagem da criança na espera pela adoção; do desejo de ser filho e do desejo de ser mãe e de ser pai; das idealizações de cada um; da decepção que este amor não se dá espontaneamente; da construção do vínculo, dentre outros pontos a serem considerados neste encontro. A Literatura Infantil é um recurso eficaz na construção do ser, na elaboração de conteúdos e de eventos angustiantes para as crianças acolhidas e adotadas. O que as histórias infantis fazem pelas crianças é auxiliá-las. Embora as histórias não tenham por fim garantir a plena felicidade, elas permitem à criança ter uma coletânea de exemplos nos quais poderá sempre recorrer para buscar auxílio para renovar suas esperanças em relação ao desejo de encontrar sua família ou mesmo para suprimir ou elaborar conflitos e sofrimentos vivenciados e, muitas vezes traumáticos.

Considerações finais: Para além do desejo dos pais na espera por um filho, precisamos pensar nas expectativas, nos sonhos, nas idealizações das crianças neste período de espera por Adoção na instituição de acolhimento. Precisamos escutar o sofrimento das crianças a espera de um encontro, precisamos ouvir as suas vozes, entender que cada uma delas tem uma expectativa e um sonho, e todas buscam por um encontro com um outro, por um lugar que possa ser acolhida, respeitada e amada. Um encontro que lhe dê visibilidade, voz e rosto.

Palavras-chave: Adoção e Acolhimento. Literatura Infantil. Psicanálise.

Referências

BATISTA, Cleide Vitor Mussini. Um gato chamado Peppo. Londrina: Ed. Zeros'euns, 2024.

GERAR - PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA ADOÇÃO E PÓS-ADOÇÃO

Camila Cordeiro de Lucena

Psicóloga do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - Porto Velho/RO

Maria de Fátima Batista de Souza

Psicóloga do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - Porto Velho/RO

Linha de ação das boas práticas: Trabalhos acadêmicos/científicos, resultados de ensaio teórico, pesquisa de campo e atividade de extensão.

O Programa de Preparação para Adoção GERAR e pós-Adoção CADI - Curso sobre Adoção Intermediada, desenvolvido pelo Núcleo de Proteção à Infância e Juventude (NUPS-PROINJU) ligado à Vara de Proteção à Infância e Juventude de Porto Velho/RO consiste em orientações e vivências que contribuem para o fortalecimento da parentalidade adotiva responsável, consciente e menos romantizada da Adoção. Constatamos que muitas famílias intentam ampliar o seu núcleo, contudo, por desinformação ou mitos sociais, desconhecem possibilidades mais ampliadas na vinculação adotiva, bem como fantasiam e idealizam essa família (pais e filhos perfeitos), havendo necessidade de que recebam orientações e oportunidades para amadurecimento da escolha da maternidade/paternidade nesse universo da Adoção, tudo isso com a profundidade, assertividade e acessibilidade que a experiência de grupo permite. O Programa de Preparação para Adoção GERAR é composto de duas etapas: modalidade virtual e modalidade presencial, sendo esta última denominada de “Rodas de Preparação”, com datas anuais previamente fixadas, para que os interessados possam se planejar para participar. O CADI - Curso sobre Adoção Intermediada, por sua vez, é destinado a famílias que adotaram e já estão com seus filhos, mas ingressaram com processo de Adoção para regularizar e legalizar a relação parental adotiva já consolidada. Trata-se, geralmente, de Adoção intrafamiliar, e compreendendo a importância dessas famílias também serem orientadas, preparadas e sensibilizadas, sobretudo sobre o resgate, repasse e manutenção da verdade sobre a história de origem e identidade adotiva desses filhos, realizamos encontros semanais em grupo com vivências reflexivas e partilha de experiências - também com calendário anual estabelecido.

Objetivos: Realizar atividade de preparação de pretendentes para Adoção e dos pais adotivos no pós-Adoção visando maior conscientização e fortalecimento dessa decisão e ampliação familiar.

Metodologia das boas práticas: Utilizamos a plataforma virtual do curso de preparação para adoção do TJMT, totalizando em 21 horas, para embasamento teórico inicial referente a paternidade e filiação adotiva e suas especificidades legais e psicossociais, e 4 (quatro) encontros semanais presenciais de 5 (cinco) horas (carga horária total de 20h), sendo um dos encontros com a participação da rede de apoio do(s) pretendente(s). Os encontros presenciais visam oferecer a partilha de experiências entre os pretendentes e a vivência de dinâmicas que mobilizem os aspectos sócio afetivos e emocionais que envolvem essa modalidade de colocação familiar.

Impactos da implantação das Boas Práticas: A ampliação teórico e prática da preparação de pretendentes à Adoção, possibilita uma escolha mais consciente e responsável dessa modalidade de ampliação familiar, oportunizando o exercício da paternidade e filiação adotiva mais integrado e a adaptação e estágio de aproximação e convivência pós adoção mais saudável e restaurador.

Avaliação dos impactos: Sentimento de maior consciência, responsabilidade, segurança para a vivência das especificidades e desafios inerentes à adaptação, integração, convivência familiar e vinculação afetiva entre pais e filhos adotivos.

Palavras-chave: Preparação para adoção; Paternidade Adotiva; Adoção Consciente.

FAMÍLIA TEM COR? A MINHA É COLORIDA: SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS PARA DIALOGAR COM AS CRIANÇAS SOBRE ADOÇÃO E ACOLHIMENTO NO CONTEXTO ESCOLAR

Gilmara Lupion Moreno

Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR

Cleide Vitor Mussini Batista

Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR

Introdução: Vimos nas crianças uma importante oportunidade de começarmos desde a mais tenra idade a dialogar sobre Adoção, para que elas compreendam o conceito, o significado de Adoção e possam desenvolver a atitude adotiva, respeitando as diferentes composições familiares, dentre elas a família constituída por adoção. Desse modo, elaboramos Sequências Didáticas a fim de instrumentalizar os adultos a dialogarem com as crianças sobre Adoção e Acolhimento.

Objetivos: Proporcionar aos professores e gestores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I, bem como aos acadêmicos dos cursos de Pedagogia, Psicologia e áreas afins conhecimento sobre Adoção e acolhimento; Orientar os professores, pais e/ou responsáveis sobre como trabalhar os conteúdos curriculares que suscitam o tema Adoção e Acolhimento Institucional, respeitando a história de vida da criança acolhida e adotada; Apresentar por meio das Sequências Didáticas possibilidades e inspirações para trabalhar Adoção e Acolhimento desde os bebês, a fim de construirmos uma cultura adotiva, de respeito às diferentes constituições familiares na escola.

Procedimentos metodológicos: As Sequências Didáticas foram elaboradas a partir dos estudos realizados nos Projetos de Pesquisa e Extensão da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Sendo organizadas em dezessete temáticas, são elas: O que é Adoção? Dia Nacional da Adoção e Dia Mundial da Adoção; Atitude adotiva – cada um é de um jeito; Como eu nasci? Todo mundo tem um nome e sobrenome; Minha história adotiva; Árvore genealógica; Família – cada um tem a sua; Lá em casa, sou eu e minha mãe; Lá em casa, sou eu e meu pai; Eu tenho duas mães; Eu tenho dois pais; Família tem cor? A minha é colorida! Abrigo; Família Acolhedora; Dinda e Dindo; Uma família pra chamar de sua. Sendo cada uma delas compostas por um texto informativo sobre o tema, e três propostas: uma destinada às crianças de 0 a 3 anos de idade (Creche); outra, às crianças de 4 a 5 anos de idade (Pré-Escola) e, por fim, às crianças de 6 a 10 anos de idade (Ensino Fundamental I).

Resultados e discussão: As Sequências Didáticas foram publicadas no livro “Dialogando com as crianças sobre Adoção e acolhimento no contexto escolar”, disponibilizando material didático e bibliográfico aos profissionais da Educação (diretores, coordenadores e professores), aos acadêmicos dos Cursos de Pedagogia, Psicologia e afins, aos Pais e/ou responsáveis, bem como aos Grupos de Apoio à Adoção. Fazendo chegar as crianças, numa linguagem acessível ao público infantil o conhecimento acerca da Adoção e do Acolhimento Institucional, auxiliando os adultos a dialogar sobre tais assuntos com as crianças, construindo uma cultura adotiva desde a mais tenra idade.

Considerações finais: As Sequências Didáticas não se destinam apenas às crianças adotadas ou acolhidas institucionalmente; a ideia é falarmos de adoção e acolhimento com todas as crianças, a fim de produzirmos uma sociedade mais empática e inclusiva, desconstruindo mitos e preconceitos, e construindo outros conceitos, como o de que somos todos adotados! Isto é, para tornar-se filho, é preciso que os pais biológicos adotem afetivamente àqueles por eles gerados.

Palavras-chave: Escola e Adoção – Acolhimento Institucional – Sequências Didáticas.

Referência:

MORENO, Gilmar Lupion; BATISTA, Cleide Vitor Mussini (Orgs). Dialogando com as crianças sobre adoção e acolhimento no contexto escolar . Londrina: Ed. dos Autores, 2024.

PRÁTICAS INTERSETORIAIS PARA ADOÇÕES NECESSÁRIAS BEM-SUCEDIDAS: PARCERIA ENTRE O PODER JUDICIÁRIO E A ALDEIAS INFANTIS SOS – CAICÓ/RN

Ismael Victor Araújo de Oliveira

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, Caicó/RN

Kleydson Fernando de Oliveira Freire

Aldeias infantis SOS, Caicó/RN

Silvaneide de Araújo Simões

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, Caicó/ RN

Introdução: As Adoções necessárias são aquelas que configuram crianças e adolescentes com faixa etária a partir dos 05 anos de idade. Nessa modalidade é possível constatar casais que desistem do processo de Adoção nos estágios de aproximação ou de convivência, o que pode provocar novos danos psicológicos às crianças. O acompanhamento das Adoções de crianças em idades avançadas exige uma abordagem intersetorial integrada, que envolva diferentes tipos de profissionais e contextos. A colaboração entre o Tribunal de Justiça e Aldeias Infantis SOS foi essencial para fornecer suporte adequado às crianças e suas famílias adotivas, permitindo práticas integradas que considerem o desenvolvimento da criança a curto e longo prazo, e sua integração saudável e segura à família.

Objetivos: Garantir a proteção e o bem-estar das crianças em idades avançadas que estão em processo de Adoção, promovendo a integração bem-sucedida destas em suas famílias; fornecer apoio psicossocial continuado para as crianças e para os pretendentes à adoção; mapear os desafios e as potencialidades nas relações estabelecidas durante o início da integração e do fortalecimento de vínculos, fomentando a construção de vínculos saudáveis, conscientes e realistas dos pretendes e adotandos.

Procedimentos metodológicos: Nos casos acompanhados entre o período de 2019 a 2024, as equipes do Tribunal de Justiça e Aldeias Infantis SOS desenvolveram inicialmente uma avaliação interdisciplinar, compreendendo os aspectos físicos, psicológicos e sociais das crianças e famílias envolvidas, posteriormente foram realizados planejamentos individualizados, levando em consideração as especificidades da criança e dos pretendentes, através de apoio psicológico, orientações sociais e práticas psicopedagógicas; foi ofertado suporte contínuo e sistemático aos pretendentes e estabelecidas parcerias em rede como escolas, unidades de saúde e recursos comunitários. Por fim, foram realizadas novas reuniões intersetoriais para avaliar o estágio de aproximação e indicação do estágio de convivência.

Resultados e discussão: Os resultados obtidos revelaram sucesso em todas as Adoções necessárias de crianças e adolescentes ocorridas do município de Caicó-RN, entre os anos de 2019 a 2024. Conforme informações do Sistema Nacional de Adoção, dos 11 casos de crianças em processos de Adoção, com faixa etária a partir dos 05 anos de idade, todas tiveram as Adoções concluídas, com baixas intenções de desistência no estágio de convivência e no pós-Adoção, demonstrando a constituição de vínculos sólidos e permanentes.

Considerações finais: As conclusões desse trabalho mostram que, ao promover suporte interse-
torial integrado e sistêmico, podem-se criar estratégias potentes. Observa-se que o trabalho intersetorial é fundamental para garantir o bem-estar dessas crianças e o sucesso nas Adoções necessárias. A aproximação do Tribunal de Justiça com outros equipamentos institucionais se faz necessário. Por fim, os resultados reforçam a importância de uma atuação ampliada e assentada, sobretudo, no interesse da criança.

Palavras-chave: Adoções necessárias, intersetorialidade, interdisciplinaridade.

Referências:

ANDRADE, Lara B. S. "Adoção Legal: A Importância da Rede de Proteção e do Atendimento Humanizado." *Caderno de Serviço Social*, v. 12, n. 1, 2022.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização (HumanizaSUS). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas, 2013. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br>.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). "Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes." Brasília: CFESS, 2016. Disponível em: <https://www.cfess.org.br>.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Resolução no 190/2014: Dispõe sobre o Cadastro Nacional de Adoção e outras providências. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br>.

DIAS, Paula R.; LIMA, Roberto S. "O Papel do Serviço Social no Acompanhamento da Entrega Legal para Adoção." *Revista Serviço Social em Perspectiva*, v. 22, n. 4, 2021. Disponível em: <https://revistaser.com>.

FONSECA, Ana Carolina. *Adoção e o Estatuto da Criança e do Adolescente: Teoria e Prática*. 3a ed. São Paulo: Atlas, 2018.

OLIVEIRA, Júlio C. "Entrega Legal no Brasil: Aspectos Éticos e Práticos." *Revista de Direito e Sociedade*, v. 8, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revistadireito.com.br>.

SANTOS, Clara E. et al. "Apoio Intersetorial na Entrega Legal de Recém-Nascidos para Adoção: Estudo de Caso no Rio Grande do Norte." *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 15, n. 2, 2023.

SILVA, Maria José F.; PEREIRA, Antônio C. "Adoção e os Direitos da Criança e do Adolescente: Perspectivas Interdisciplinares." *Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões*, v. 5, n. 3, 2020.

UNICEF Brasil. "Direitos das Crianças e Adolescentes: Garantias e Desafios no Contexto da Adoção." 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brasil>.

